

CARE

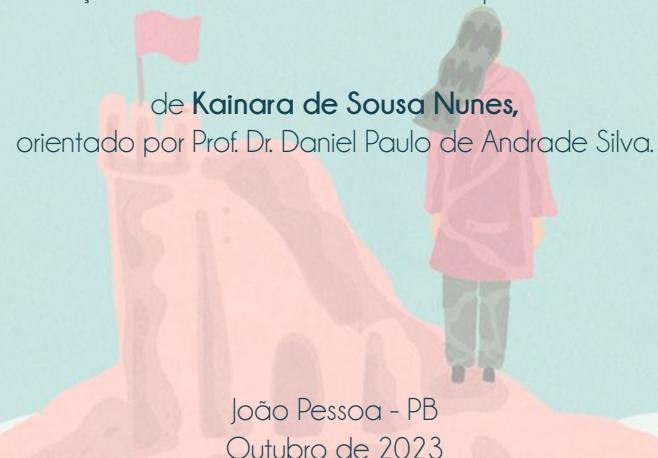


Universidade Federal da Paraíba
CT | DAU

CARE

Complexo de Acolhimento para mulheres vítimas de violência de gênero na cidade de
João Pessoa/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal da Paraíba como requisito
para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo



de **Kainara de Sousa Nunes**,
orientado por Prof. Dr. Daniel Paulo de Andrade Silva.

João Pessoa - PB
Outubro de 2023

Figura 01: Ilustração editorial
Fonte: Ilustrador Sy Tat

Universidade Federal da Paraíba
CT | DAU

CARE

Complexo de Acolhimento para mulheres vítimas de violência de gênero na cidade de
João Pessoa/PB

BANCA EXAMINADORA

Daniel Paulo de Andrade Silva
Orientador e Avaliador

Paula Dieb Martins
Avaliadora interna

Marina Goldfarb de Oliveira
Avaliadora externa

João Pessoa - PB
Outubro de 2023

**Catalogação na publicação
Série de Catalogação e Classificação**

R972a Nunes, Keinara da Souza.

CRM: projeto propositivo de um Complexo de serviços de assistência à mulher, sendo elas: Casa de abrigamento provisório, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual no bairro Benfícios, João Pessoa/PB. / Keinara da Souza Nunes. - João Pessoa, 2023.

93 f. : il.

Orientação: Daniel Andrade.
TCC (Graduação) - UFPB/CT.

1. violência de gênero. 2. casa de acolhimento. 3. CRM. 4. serviços de referência. I. Andrade, Daniel.
II. Título.

UFPB/CT/BSCT

COD 72:711(043.2)

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar minha mais profunda gratidão a todas as pessoas que desempenharam um papel fundamental na realização deste projeto e na conclusão de minha formação acadêmica.

Em primeiro lugar, quero expressar meu sincero agradecimento aos meus pais, Andreia Sousa e André Nunes, que foram o alicerce sólido sobre o qual construí meus esforços. Seu amor inabalável e apoio constante foram a força motriz que me permitiu alcançar meus objetivos educacionais. Sem o suporte deles, esta jornada teria sido significativamente mais desafiadora.

À minha irmã, Nathália Nunes, cujo nascimento me proporcionou o privilégio de experimentar um dos sentimentos mais profundos que já vivenciei, mesmo que nem sempre o demonstre. A toda a minha família, sou grata por reconhecerem e valorizarem cada conquista que alcancei. No entanto, quero expressar minha gratidão especial à minha tia, Amanda Sousa, que sempre me incentivou em tudo o que me propus a fazer.

Quero estender meu agradecimento a todas as pessoas queridas que me proporcionaram apoio, amor e encorajamento ao longo de todas as fases desta jornada, seja nos momentos mais agradáveis ou nos mais desafiadores. Em particular, agradeço a Ana Emilia Queiroz, Louisie Gomes, Lucas Monteiro e Vivian Barreto por estarem ao meu lado.

Também desejo expressar meu apreço aos amigos que conheci através da arquitetura e que compartilharam comigo cada parte desta trajetória. A Matheus Thé e Rayra Vilar, sou grata por sua amizade constante, colaboração e encorajamento ao longo de toda a formação. Sem eles, não estaria onde estou hoje. A Beatriz Quirino, Ana Emilia Medeiros e Lucas Ribeiro, que enfrentaram comigo os desafios do curso, enfrentarmos juntos as adversidades.

Por fim, ao meu orientador Profº Daniel Andrade, que tornou todo o processo desta pesquisa enriquecedor e produtivo.

RESUMO

A violência contra as mulheres é um problema profundamente enraizado na sociedade, sendo definida pela Lei Maria da Penha como atos baseados no gênero que resultam em violência física, moral, patrimonial e psicológica. Em grande parte, a violência é perpetrada pelo parceiro íntimo, tornando desafiador para as mulheres romperem relacionamentos abusivos, devido à dependência financeira e ao medo de perder a guarda dos filhos. Em João Pessoa, quatro instituições oferecem assistência a mulheres vítimas de violência, mas a dispersão geográfica desses serviços pode dificultar a comunicação e o acesso das vítimas em busca de ajuda. Este trabalho apresenta um ensaio projetual de um Complexo de Serviços de Assistência a Mulheres em Situação de Violência de Gênero. O objetivo é proporcionar, dentro de um estudo teórico-prático, maior acessibilidade às vítimas, aliviar a carga das instituições existentes, oferecer um local de acolhimento e proteção, bem como centralizar serviços especializados em um único espaço. O complexo está localizado no bairro de Bancários, em João Pessoa, e abrigará uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual, uma Casa de Acolhimento Provisório e Serviços de Referência de Saúde para Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência. O trabalho foi dividido em quatro etapas: compreensão da problemática, pesquisa de referências arquitetônicas, escolha e caracterização da área de estudo e desenvolvimento do ensaio projetual. O ensaio projetual demonstra que a arquitetura vai além da estética e funcionalidade, desempenhando um papel transformador na vida das pessoas ao criar ambientes seguros, acolhedores e terapêuticos para aqueles que mais necessitam.

palavras chave: violência de gênero, DEAMs, casa de acolhimento, serviços de referência

RESUME

Violence against women is a deeply rooted problem in society, being defined by the Maria da Penha Law as acts based on gender that result in physical, moral, property and psychological violence. To a large extent, violence is perpetuated by an intimate partner, making it challenging for women to break off abusive relationships due to financial dependence and fear of losing custody of their children. In João Pessoa, four institutions offer assistance to women victims of violence, but the geographic dispersion of these services can make communication and access difficult for victims in search of help. This work presents a design test for a Complex of Assistance Services for Women in Situations of Gender-Based Violence. The objective is to provide, within a theoretical-practical study, greater accessibility to victims, alleviate the burden on existing institutions, offer a place of reception and protection, as well as centralize specialized services in a single space. The complex is located in the Bancários neighborhood, in João Pessoa, and will house a Police Station Specialized in Assistance to Women in Situations of Sexual Violence, a Temporary Shelter and Health Reference Services for Comprehensive Care for Women in Situations of Violence. The work was divided into four stages: understanding the problem, researching architectural references, choosing and characterizing the study area and developing the design test. The design test demonstrates that architecture goes beyond aesthetics and functionality, playing a transformative role in people's lives by creating safe, welcoming and therapeutic environments for those who need it most.

key words: gender-based violence, shelter house, reference services, specialized police stations for women

SUMÁRIO

02 METODOLOGIA 05

01 INTRODUÇÃO 01

JUSTIFICATIVA
03

OBJETO
04

OBJETIVO GERAL
04

OBJETIVO ESPECÍFICO
04

03 RECORTE DE ESTUDO 07

04 PROBLEMÁTICA 11

VIOLENCIA DE GÊNERO E VIOLENCIA
DOMÉSTICA
12

LEI MARIA DA PENHA
13

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ATENDI-
MENTO À MULHER
14

05

PROGRAMA DE NECESSIDADES

19

PADRÃO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO
DA CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓ-
RIO

15

PADRÃO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE REFERÊNCIA PARA ATEN-
ÇÃO INTEGRAL DE MULHERES, ADOLES-
CENTES, CRIANÇAS, HOMENS E PESSOAS
IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA

16

PADRÃO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO
DELEGACIAS ESPECIALIZADAS EM ATEN-
DIMENTO À MULHER

16

06

REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

25

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA UNILEÃO /
LINS ARQUITETOS ASSOCIADOS

27

ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLENCIA
DOMÉSTICA/AMOS GOLDRICH ARCHI-
TECTURE + JACOBS YANIV ARCHTECTS

29

INFLUÊNCIAS PROJETUAIS

31

07

O PROJETO

33

08

CONSIDERAÇÕES FINAIS

71
REFERÊNCIAS
79

LOTE
34

DIRETRIZES PROJETUAIS
36

ZONEAMENTO E SETORIZAÇÃO
37

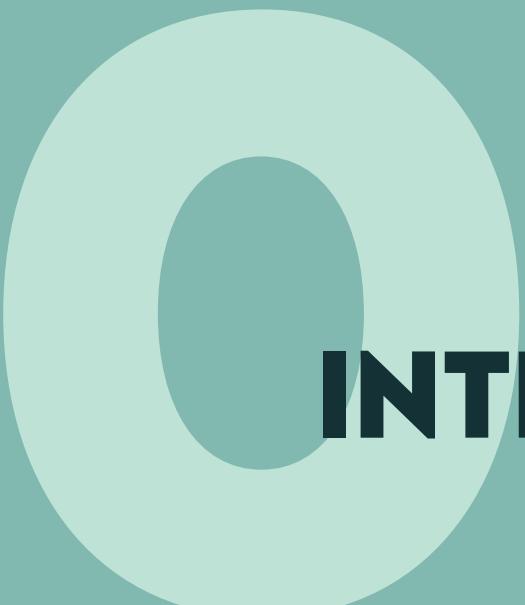
RESERVATÓRIO DE ÁGUA
42

DIMENSIONAMENTO
43

DELEGACIA
45

CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO
53

SERVIÇO DE SAÚDE
65



O 1

INTRODUÇÃO

JUSTIFICATIVA

OBJETO

OBJETIVO GERAL

OBJETIVO ESPECÍFICO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma questão antiga enraizada na história e no cotidiano de muitas mulheres. A Lei Maria da Penha define a violência contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, além de dano moral e patrimonial. Essa definição engloba situações que ocorrem no ambiente doméstico, familiar e em qualquer relação íntima de afeto, independentemente da orientação sexual (Brasil, 2006).

A forma mais comum de violência contra as mulheres é aquela perpetrada pelo parceiro íntimo. A rigor, não é fácil, para uma mulher, romper com a relação amorosa sem auxílio externo. Culturalmente, a sociedade ainda sustenta a crença de que o homem é o provedor do lar, o que resulta na dependência financeira de muitas mulheres em relação aos seus parceiros. Junto a isso, o medo de perder a guarda dos filhos também dificulta a interrupção do ciclo de violência (Krug et al., 2002; Saffioti, 2001, p. 120).

O estudo nacional intitulado “A presença feminina no âmbito público e privado”, conduzido pela Fundação Perseu Abramo em 2001, revela que aproximadamente 2,1 milhões de mulheres são vítimas de agressão física por ano no Brasil. Isso equivale a cerca de 5,8 mil casos por dia, quatro a cada minuto ou um a cada 15 segundos

(Yara, 2021).

Segundo a Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, no decorrer de 2022, a média mensal foi de sete mulheres vítimas de homicídio na Paraíba. De janeiro a dezembro, um total de 85 mulheres foram mortas, vítimas de crimes letais intencionais. Dentro dessa quantidade, 24 incidentes estão atualmente sob investigação como casos de feminicídio, representando cerca de 28% do total de assassinatos de mulheres no estado da Paraíba.

Na cidade de João Pessoa existem quatro serviços de assistência às mulheres, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, o Instituto e Maternidade Cândida Vargas, o Centro de Referência da Mulher Ednálva Bezerra (CRMEB) e a Casa Abrigo Aryane Thais.

A Casa Abrigo da cidade trata-se de um programa oferecido pelo estado que oferece suporte a mulheres em situação de risco de morte devido à violência doméstica, por isso é preciso manter sigilo sobre sua localização. Seu objetivo é acolher mulheres com alto risco de morte, o que resulta na falta de um local para aquelas mulheres que não enfrentam circunstâncias tão urgentes e não têm um local disponível para se abrigar.

O Centro de Referência da Mulher da cidade é o local onde as mulheres encontram acolhimento, orientação e encaminhamento, no entanto, não dispõe de um abrigo temporário no próprio local. Apesar da relevância desses locais e dos serviços essenciais que prestam à popula-

ção, o fato de eles não se encontrarem no mesmo local, ou em áreas próximas, pode dificultar a comunicação entre si e o acesso das vítimas em busca de ajuda.

O trabalho a seguir desenvolve um ensaio projetual de um complexo de serviços de assistência a mulheres vítimas de violência de gênero, visando estudar a possibilidade de maior acessibilidade às vítimas, aliviar a carga sobre outras instituições que também fornecem suporte semelhante, proporcionar um local de acolhimento e proteção para as mulheres em situação de violência e centralizar diferentes serviços especializados em um único espaço, facilitando assim o acesso e a comunicação para aquelas que buscam ajuda.

Esse complexo incluirá uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual, uma Casa de Acolhimento Provisório e Serviços de Referência de Saúde para Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência.

JUSTIFICATIVA

A violência de gênero persiste na sociedade, transformando os lares, inicialmente concebidos como espaços de afeto, companheirismo e satisfação das necessidades básicas humanas, em locais de risco. Mulheres permanecem em relacionamentos violentos por diversas razões, incluindo dependência econômica e emocional, além do receio de perder a guarda dos filhos (Krug et al., 2002; Sanmartín, 2004).

Em João Pessoa, há serviços de apoio disponíveis para mulheres, mas a distância entre esses locais dificulta a comunicação e o acesso das vítimas em busca de ajuda. Por essa razão, é essencial buscar maneiras de aproximar e fortalecer esses serviços, tornando-os mais acessíveis e integrados, a fim de proporcionar às mulheres em situação de violência um acesso mais fácil e seguro à assistência necessária. Logo, este trabalho se justifica na intenção de desenvolver um ensaio projetual que atenda as necessidades supracitadas localizado em um bairro central da cidade.

OBJETO

Complexo de serviços de assistência a mulher, sendo eles: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual, uma Casa de Acolhimento Provisório e Serviços de Referência de Saúde para Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver um ensaio projetual de um Complexo de serviços de assistência a mulher, sendo eles: Casa de abrigamento provisório, Delegacia Especializadas de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual no bairro Bancários, João Pessoa/PB.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1.** Contextualizar a violência de gênero e suas implicações na saúde da mulher;
- 2.** Estudar padrões mínimos para a implantação de Casa de abrigamento provisório, Delegacia Especializadas de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual;
- 3.** Compreender a relação de fluxos, encontros e desencontros necessários para os usos propostos.



Figura 02: Ilustração editorial
Fonte: Ilustrador Sy Tat



METODOLOGIA

METODOLOGIA

ETAPA 1: COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA

Inicialmente foi realizado uma pesquisa exploratória por dados referentes a violência de gênero e os serviços especializados para as vítimas e seus filhos. Essa etapa foi predominantemente conduzida utilizando o Google Acadêmico, acessando monografias, dissertações, teses e artigos.

Esta fase foi estruturada inicialmente com uma breve introdução ao conceito de violência de gênero e violência doméstica, destacando suas distinções. Em seguida, foram discutidas suas ramificações na saúde pública, culminando na apresentação dos serviços especializados disponíveis para auxiliar vítimas de violência doméstica e seus padrões de implantação.

ETAPA 2: REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

Nesta fase, foram escolhidos dois projetos correlatos que oferecem os mesmos serviços que existirão no complexo, sendo um deles localizado em uma região com clima semelhante à área de estudo, e o outro envolveu consultoria com as futuras usuárias durante a sua concepção. As análises foram fundamentadas nos elementos arquitetônicos, construtivos, materiais e nos fluxos internos e externos.

ETAPA 3: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nesta etapa, conduziram-se pesquisas para a seleção do bairro. Essa análise teve como base a centralidade do bairro, sua oferta de comércio, serviços, equipamentos públicos, entre outros. Além disso, considerou-se a densidade populacional da região e o índice de violência doméstica associado a ela.

Uma vez escolhido o bairro e o terreno, realizou-se um estudo detalhado da legislação aplicável, juntamente com a coleta de informações físicas, morfológicas e ambientais do bairro, com base em documentos disponibilizados pela prefeitura e fotografias do local.

ETAPA 4: DESENVOLVIMENTO DO ENSAIO PROJETUAL

Na etapa final houve a estruturação do programa de necessidade, agregando o que foi apreendido nos correlatos e os padrões de implantação encontrados. Nesse processo, realizou-se a estimativa da população, incluindo funcionários e o número de vítimas a serem atendidas. Em seguida, efetuou-se o pré-dimensionamento dos espaços e sua interconexão, contribuindo para a disposição adequada no terreno.

A partir disso, deu-se início ao desenvolvimento do ensaio projetual. Apoiado pelos conceitos e diretrizes estabelecidos, efetuou-se o estudo volumétrico e concebeu-se a abordagem arquitetônica. Durante esta etapa, foram elaboradas as plantas de implantação e do pavimento térreo, assim como as representações da cobertura, do layout, da volumetria final e do sistema estrutural.

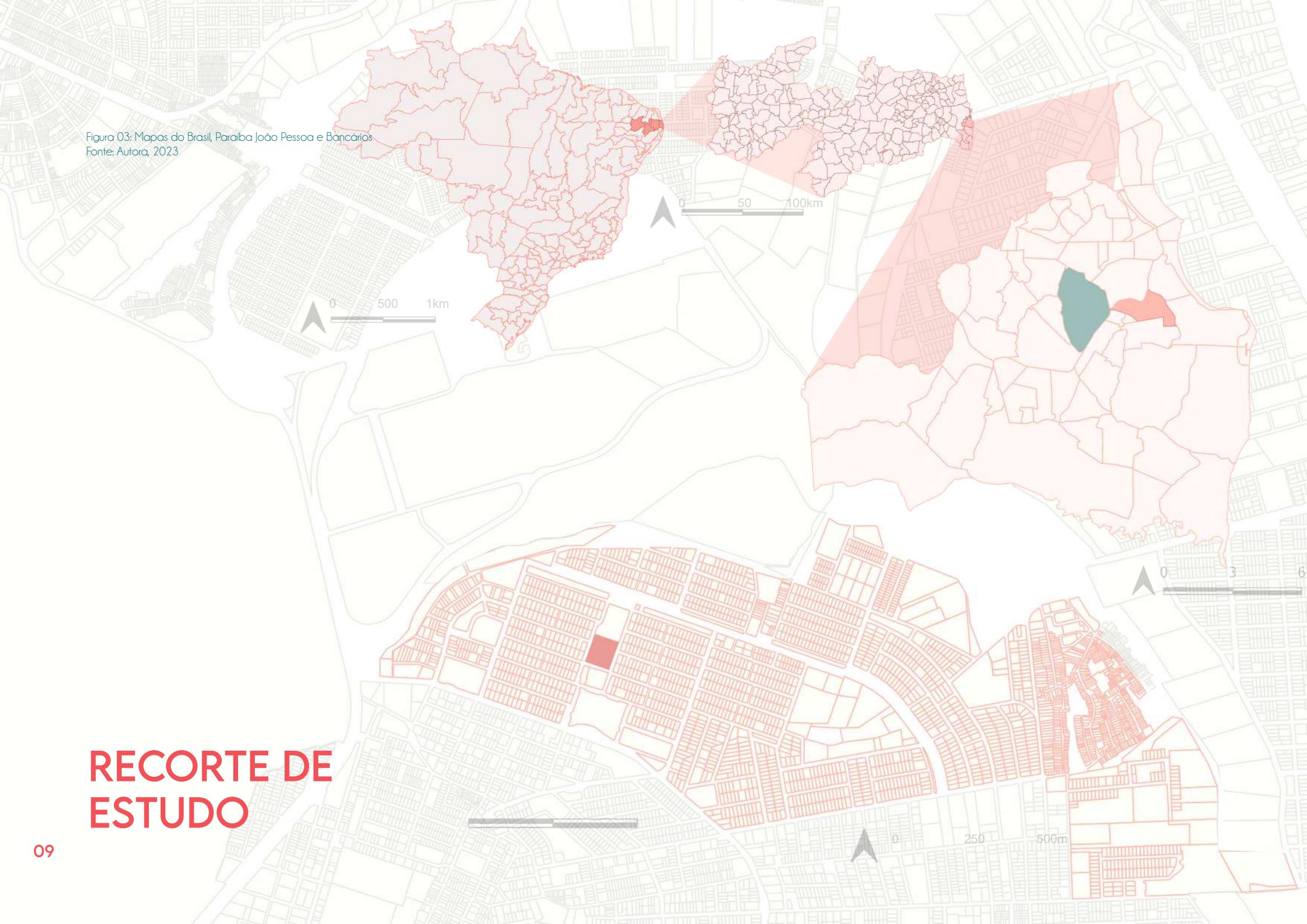


RECORTE DE ESTUDO

RECORTE DE ESTUDIO

Figura 03: Mapas do Brasil, Paraíba João Pessoa e Bancários

Fonte: Autora, 2023



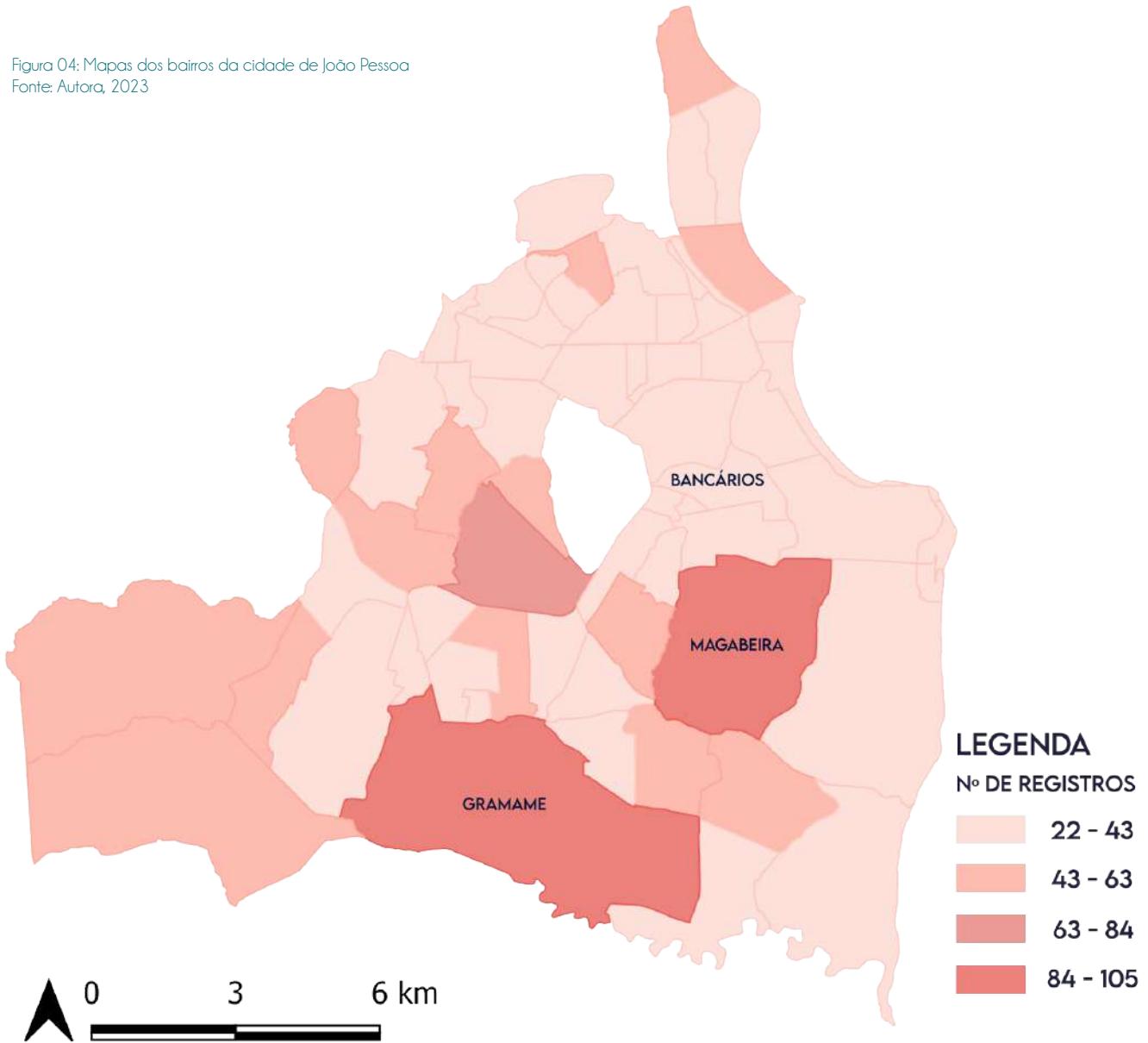
RECORTE DE ESTUDO

Um estudo de coleta de dados realizado por Ridagna, 2018 nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) na cidade de João Pessoa revelou evidências por meio da construção de mapas, identificando os bairros com os maiores e menores índices de violência doméstica contra mulheres, bem como os bairros com a mais alta taxa de risco relativo por 1000 domicílios. Os resultados apontaram que, em 2017, os bairros de Mangabeira e Gramame registraram os maiores números de casos de violência doméstica, totalizando entre 84 e 105 incidentes (Ridagna, 2018).

O lote está inserido no bairro de Bancários, na cidade de João Pessoa, Paraíba. Em um mapeamento espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, revelou que apesar de não estar no grupo de maior incidência, o bairro de Bancários apresentou entre 0,8 e 1 caso para cada mil habitantes. (Lucena, K. D. T. D., Silva, A. T. M. C. D., Moraes, R. M. D., Silva, C. C. D., & Bezerra, I. M. P., 2012).

Através de medições de rotas no Google Maps, verificou-se que o bairro de Bancários está situado a aproximadamente 11km ao bairro mais a norte da cidade (Bessa), 12km ao sul (Barra de Gramame), 7km ao leste (Seixas) e 14km ao oeste (Mussuré), o que o caracteriza como um bairro com uma centralidade geográfica próximo de um dos bairros com maior índice de violência.

Figura 04: Mapas dos bairros da cidade de João Pessoa
Fonte: Autora, 2023





PROBLEMÁTICA

Figura 05: Ilustração editorial
Fonte: Ilustrador Sy Tat

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

De acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é caracterizada pelo uso intencional da força ou poder, seja real ou em forma de ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade. A violência de gênero é um problema global que afeta mulheres de todas as idades, classes sociais, raças, religiões e níveis de escolaridade. Sua origem pode estar relacionada ao domínio masculino, à desigualdade econômica, a problemas mentais e a aspectos culturais arraigados (Krug et al., 2002; Costa, Serafim, Nascimento, 2015).

No exercício da função patriarcal, os homens culturalmente detêm o poder de impor condutas às categorias sociais designadas, recebendo permissão ou, no mínimo, tolerância da sociedade para punir o que é considerado desvio. Nesse contexto, os padrões de gênero são insuficientes para garantir a obediência das potenciais vítimas aos ditames do patriarca, exigindo-se, assim, o recurso à violência como forma de exercício desse poder (Saffioti, 2001).

Essa dinâmica complexa mostra como a violência de gênero não se restringe apenas à esfera individual, mas também afeta o ambiente familiar e as relações parentais. A resistência do agressor em aceitar a separação pode resultar em ameaças, intimidações e agressões contínuas, tornando ainda mais difícil para a mulher encontrar uma saída segura da situação. (Costa, Serafim,

Nascimento, 2015)

Para uma melhor compreensão do tema abordado, no presente estudo, será utilizado o conceito de violência doméstica formulado por Saffioti (2001), que define como aquela que afeta indivíduos não parentes, sejam consanguíneos ou afins, que residem parcial ou integralmente no mesmo domicílio, sendo o agressor o pater famulis. Essa forma de violência pode se manifestar [...] no âmbito doméstico e familiar, abrangendo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral [...]” (Costa, Serafim, Nascimento, 2015, p. 552). O ensaio projetual desenvolvido neste trabalho procura se destinar ao público vítima da violência de gênero. Apesar de abranger também a violência doméstica, não se restringe a ela.

Durante o período de julho de 2010 a outubro de 2012, foram registrados 80 casos de violência contra a mulher no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) de Cajazeiras. (Costa, Serafim, Nascimento, 2015, p. 553). Entre essas mulheres, observou-se que 52 estavam na faixa etária entre 15 e 40 anos, 44 tinham até sete anos de estudo, 24 eram donas de casa, 47 eram casadas, 23 tinham um tempo de convivência com o parceiro entre 9 e 18 anos, e 69 afirmaram ter filhos, sendo que 55 tinham filhos menores de idade. Embora os motivos para permanecer com o agressor não tenham sido informados por 38 mulheres, 15 delas mencionaram dependência financeira como a principal razão para continuar convivendo com o agressor, enquanto outras 13 afirmaram nutrir sentimentos de raiva em relação a

ele (Costa, Serafim, Nascimento, 2015).

Diante do estudo de Costa, Serafim, Nascimento, (2015), foi possível observar que a maioria das vítimas atendidas era composta por mulheres jovens, com baixo nível de escolaridade, casadas e dedicadas às atividades domésticas. Muitas delas eram dependentes financeiramente de seus parceiros, não possuindo uma renda própria. As mulheres em idade reprodutiva foram as mais afetadas pela violência de gênero. O baixo nível de educação compromete a obtenção de qualificação profissional, o que pode levar, em algumas situações, ao desemprego. Outrossim, há casos em que as mulheres interrompem seus estudos para cuidar da família, tornando-se economicamente dependentes de seus maridos, o que aumenta sua vulnerabilidade e dificulta o rompimento do ciclo de violência (Costa, Serafim, Nascimento, 2015).

Segundo a pesquisadora Deeke (2007), as mulheres que trabalham fora de casa são mais autônomas e estão menos suscetíveis à violência de gênero e doméstica. O estudo realizado com 30 casais que relataram casos de agressão na delegacia do Estado de Santa Catarina, Brasil, revelou que o nível de escolaridade não influencia o perfil da mulher e do homem envolvidos em situações de violência, mas sim o estado de emprego. Essa descoberta ressalta a importância da independência financeira como um fator que pode contribuir para a redução da vulnerabilidade das mulheres nesse contexto.

Romper com o ciclo da violência de gênero é um desafio que muitas mulheres enfrentam, frequentemente necessitando de apoio externo para alcançar a libertação. A dependência financeira e as questões emocionais desempenham um papel significativo nessa dinâmica, o que ressalta a necessidade de políticas e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres e ofereçam suporte emocional e jurídico para que elas possam romper o ciclo da violência.

A percepção da dificuldade enfrentada pelas mulheres para romperem situações de violência de gênero e doméstica é reforçada pelos desafios adicionais que surgem quando elas têm filhos menores de idade. Ao buscar o rompimento desses relacionamentos abusivos, as mulheres muitas vezes se deparam com a não aceitação da separação por parte do cônjuge, o que pode desencadear um ciclo contínuo de violências (Costa, Serafim, Nascimento, 2015).

LEI MARIA DA PENHA

No Brasil, a violência de gênero e doméstica ganhou grande repercussão através do caso de Maria da Penha Maia Fernandes. Por quase sete anos, ela foi vítima de violência doméstica, culminando em uma tentativa de feminicídio, que deixou sua mobilidade reduzida. A situação foi agravada pela negligência das autoridades diante das denúncias, resultando na impunidade do agressor por muito tempo. No entanto, graças

à incansável luta da vítima, esse caso se tornou um marco na luta contra a violência de gênero e doméstica. Em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que visa prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Instituto Maria da Penha - IMP, 2018).

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial: I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas [...] ; II – no âmbito da família [...]; III – em qualquer relação íntima de afeto [independente da orientação sexual].

Essa lei tem como objetivo estabelecer penalidades para agressores e promover políticas de prevenção da violência contra as mulheres. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tem como base as obrigações estabelecidas pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, realizada em 1994 (Frank, 2018).

Essa convenção propôs programas de educação para a sociedade em geral e capacitação de profissionais envolvidos, como aqueles ligados à administração da justiça e às forças policiais. Além disso, busca fortalecer o atendimento às mulheres vítimas de violência, por meio de servi-

ços especializados, programas de reabilitação e capacitação. A convenção também incentiva os meios de comunicação a promover a divulgação da erradicação da violência de gênero, e estimula a coleta de dados estatísticos e o estudo das consequências sociais e econômicas da violência contra as mulheres. A troca de experiências entre organizações internacionais também é promovida (Cunha e Pinto, 2007).

Essas iniciativas legais e internacionais são importantes para combater a violência de gênero, promover a conscientização e capacitar profissionais para lidar adequadamente com as vítimas. No entanto, é necessário um esforço contínuo para implementar efetivamente essas leis, garantir o acesso à justiça e fortalecer os serviços de apoio às mulheres, a fim de alcançar uma sociedade livre de violência e proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para todas as mulheres (Brasil, 2006).

A Lei Maria da Penha trouxe consigo diversas mudanças, especialmente no campo jurídico. Com o objetivo de garantir a efetiva aplicação da lei e superar possíveis desafios, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) desenvolveu projetos, programas e políticas de apoio, evitando que a lei se tornasse apenas mais um instrumento legal isolado ou uma dentre as inúmeras leis do país que, popularmente, “não pegam” (Yara, 2017).

Nesse contexto, foi criado o principal instrumento de apoio: o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, iniciativa que busca promover a integração e a cooperação

entre os diferentes órgãos e instituições envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência. O Pacto Nacional tem como objetivo fortalecer a rede de proteção e garantir a efetiva implementação das políticas e diretrizes estabelecidas pela Lei Maria da Penha. Através dessa articulação, os serviços de assistência podem compartilhar informações, trocar experiências e unir esforços para oferecer um suporte abrangente às mulheres vítimas de violência de gênero (Yara, 2017).

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTOS A MULHER (SPM 2012)

No ano de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), marcando um importante avanço na implementação de políticas públicas integradas para enfrentar a violência contra as mulheres. Essa iniciativa representou uma mudança significativa, pois antes da criação da SPM, o governo não apresentava uma atuação realmente direcionada para as mulheres, baseando-se apenas em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e Casas-abrigo (Yara, 2017).

De acordo com Carlotto e Calão (2006), a violência conjugal se manifesta em três fases cílicas interligadas: tensão, agressão e reconciliação. Diante disso, após o período em uma Casa-abrigo, a vítima continua sendo acompanhada por outros serviços da Rede de Enfrentamento,

como o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) ou o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Essa abordagem visa evitar que a vítima retorne ao ciclo de violência e proporciona um suporte contínuo para sua recuperação e proteção.

Visando a garantia do acolhimento integral das mulheres em situação de violência e suporte emocional, proteção e recursos, para a superação do trauma e a construção de um novo caminho em suas vidas, os serviços de assistência à mulher violentada incluem o atendimento psicológico, assistência social, orientação jurídica, apoio para autonomia financeira, programas de capacitação profissional e acesso a abrigos seguros em casos de emergência. (Yara, 2017).

A criação da SPM e a expansão dos serviços especializados de atendimento são essenciais para combater a violência de gênero e garantir que as mulheres vítimas de violência tenham seus direitos respeitados e sua saúde física e emocional protegida.

Dentre os serviços especializados de assistência à mulher violentada, estão:

- Os **Centros Especializados de Atendimento à Mulher** representam espaços que oferecem refúgio e suporte às mulheres em situação de violência de gênero. Nesses centros, as vítimas encontram acolhimento, atendimento psicológico e social, além de orientação e encaminhamento jurídico. O objetivo desses espaços é

fortalecer as mulheres, ajudando-as a recuperar sua confiança e dignidade, ao mesmo tempo em que garantem seus direitos como cidadãs.

-As **Casas-Abrigo**, por sua vez, são locais que proporcionam proteção e segurança para mulheres que enfrentam risco iminente de morte devido à violência de gênero e doméstica. Essas casas oferecem moradia protegida e atendimento integral, tornando-se temporárias e sigilosas. Durante sua estadia, as mulheres têm a oportunidade de se restabelecer em um ambiente livre de violência, preparando-se para retomar suas vidas.

-As **Casas de Acolhimento Provisório** oferecem abrigo temporário de curta duração para mulheres em situação de violência. Essas casas, com capacidade de acolher até 15 dias, garantem a integridade física e emocional das mulheres, criando um ambiente seguro e protegido durante o período de vulnerabilidade. Essas casas não se limitam apenas ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, mas também acolhem aquelas vítimas de outros tipos de violência, incluindo o tráfico de pessoas.

-As **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)** são unidades especializadas da Polícia Civil dedicadas a atender mulheres em situação de violência. Essas delegacias possuem ações preventivas e repressivas, buscando apurar, investigar e promover o enquadramento legal dos casos, sempre pautadas no respeito aos direitos humanos

e princípios do Estado Democrático de Direito.

-Os **Núcleos ou Postos de Aendimento à Mulher nas Delegacias Comuns** representam um avanço importante na estrutura das delegacias. Com profissionais especializados, esses espaços têm como objetivo acolher, assistir e proteger mulheres vítimas de violência de gênero. A equipe é treinada para atuar de forma empática e respeitosa, garantindo que a mulher se sinta ouvida e acolhida ao relatar sua experiência.

-As **Defensorias Públicas e Defensorias da Mulher (Especializadas)** são órgãos estatais que fornecem assistência jurídica, orientação e encaminhamento adequado para mulheres em situação de violência. Esses profissionais especializados orientam sobre os direitos das vítimas e acompanham os processos judiciais, garantindo que sejam representadas adequadamente.

Por fim, a **Casa da Mulher Brasileira** representa uma iniciativa inovadora ao integrar diversos serviços em um único espaço. Acolhimento, apoio psicossocial, delegacia, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção de autonomia econômica, cuidado das crianças e central de transportes se reúnem para oferecer apoio integral e interdisciplinar às mulheres em situação de violência. Essa integração e intersetorialidade são fundamentais para garantir uma abordagem completa e eficaz no enfrentamento da violência de gênero, proporcionando amparo e apoio a todas as mulheres que buscam ajuda. A brinque-

doteca é um exemplo do cuidado especial com as crianças, criando um ambiente seguro para que as mães possam buscar suporte e proteção, sabendo que seus filhos estão bem cuidados.

PADRÃO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO (SPM, 2012)

A Casa de Acolhimento Provisório é uma instituição que oferece moradia temporária, atendimento e proteção integral a mulheres maiores de 18 anos que estão em situação de violência, desde que não estejam em risco iminente de morte. Essa casa também possibilita que as mulheres abrigadas levam consigo seus dependentes menores de 16 anos, desde que estes também não estejam em risco de morte.

O Decreto nº 42.308 de 07 de março de 2022 instituiu o tempo máximo de permanência na Casa de Acolhimento Provisório é de 15 dias, mas, se necessário, esse período pode ser prorrogado mediante avaliação da equipe profissional do serviço. O principal objetivo desse local é garantir a integridade física, psicológica e social das mulheres e seus dependentes, sem que isso prejudique seus direitos como cidadãos.

Para garantir a qualidade do atendimento, a equipe técnica da Casa de Acolhimento Provisório deve ser formada por profissionais qualificados, como coordenadora geral, pedagoga, assistente social, psicóloga, advogada,

educadora social, técnica de enfermagem, entre outras. Essa equipe é responsável por promover o atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus dependentes, incluindo assistência psicológica, social, jurídica, saúde e educação.

As mulheres que podem ser abrigadas nesta instituição são encaminhadas por outros serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na Paraíba, como CREAS, PIMP, CRAMs e DEAMs. Ademais, é importante que elas estejam em risco moderado, conforme análise realizada por profissionais qualificados do serviço.

É necessário que as mulheres atendam a critérios específicos para o acolhimento, como residir na Paraíba, não ter alternativas de abrigo seguro, não fazer uso abusivo de substâncias químicas ou drogas, entre outros. Em casos que envolvam transtornos mentais, a equipe multiprofissional da Casa de Acolhimento Provisório avaliará a possibilidade de acolhimento.

A capacidade dessa casa é de acolher até 20 pessoas simultaneamente, entre mulheres e seus dependentes. Essa instituição é um importante recurso para garantir a segurança e o amparo de mulheres em situação de vulnerabilidade, proporcionando a elas um ambiente seguro e acolhedor durante o período necessário para sua recuperação física e emocional. (PARÁIBA, 2022)

PADRÃO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO INTEGRAL DE MULHERES, ADOLESCENTES, CRIANÇAS, HOMENS E PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015)

Os Serviços de Referência para Atenção Integral às Mulheres em situação de Violência são fundamentais para oferecer suporte adequado e humanizado a vítimas de violência sexual. Esses serviços devem seguir padrões mínimos estabelecidos pela Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, garantindo uma abordagem respeitosa, sigilosa e eficiente.

O acolhimento é uma etapa essencial, proporcionando um ambiente de confiança e respeito para as mulheres atendidas. A escuta qualificada é realizada de forma a permitir que a vítima se sinta confortável para relatar os acontecimentos com detalhes, facilitando o atendimento clínico e psicológico. (BRASIL Ministério da Saúde, 2015)

O atendimento clínico deve ser minucioso, com a realização de exames físicos e ginecológicos, quando necessário. Para isso, é importante preencher um prontuário detalhado, contendo informações relevantes sobre a violência sofrida e a identificação dos profissionais envolvidos no atendimento.

Os serviços também devem oferecer a dispensação e administração de medicamentos para

profilaxias indicadas, além de realizar exames laboratoriais necessários. A orientação sobre direitos e a existência de outros serviços de apoio é fundamental para que a vítima saiba quais são as opções disponíveis para sua proteção e acompanhamento clínico e psicossocial.

Outrossim, os estabelecimentos de saúde que organizam a oferta desses serviços devem funcionar em regime integral, 24 horas por dia, sete dias por semana, garantindo o atendimento ininterrupto. É responsabilidade do gestor local de saúde regulamentar o acesso aos leitos em casos de internação.

A equipe que compõe os Serviços de Referência deve ser multidisciplinar e especializada. Essa equipe deve contar com médico clínico ou em especialidades cirúrgicas, enfermeiro, técnico em enfermagem, psicólogo, assistente social e farmacêutico. Os profissionais devem ter acesso aos equipamentos e materiais necessários para garantir o bom funcionamento dos serviços de referência.

A implementação desses padrões mínimos de atendimento é crucial para garantir que as mulheres em situação de violência sexual recebam a assistência necessária para a sua recuperação física, psicológica e emocional. A atuação desses serviços especializados contribui para a promoção da saúde e o enfrentamento da violência de gênero em nossa sociedade. (BRASIL. Ministério da Saúde, 2015)

PADRÃO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO DELEGACIAS ESPECIALIZADAS EM ATENDIMENTO À MULHER (SPM, 2012)

De acordo com a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) elaborada pela SPM, a implantação de delegacias especializadas requer a observância de padrões mínimos que visam garantir um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres em situação de violência de gênero. Primeiramente, é essencial que a sala de espera tenha ambientes separados para a mulher vítima e para o(a) agressor(a), assegurando a privacidade de ambos.

O atendimento prestado deve ser humanizado, pautado pela escuta qualificada, sigilosa e sem julgamentos, onde a palavra da mulher é valorizada e respeitada. Para isso, é necessário contar com uma equipe de policiais qualificados, preferencialmente do sexo feminino, que compreendam a complexidade do fenômeno da violência de gênero.

As DEAMs devem funcionar de forma ininterrupta, durante as 24 horas do dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados. A estrutura física dessas delegacias deve ser ampla, bem iluminada e sinalizada para facilitar o acesso da população, seguindo as normas de acessibilidade vigentes.

A instalação das DEAMs deve compreender, no mínimo:

a. Área para recepção – A recepção deve ser composta por duas salas: uma para a espera das vítimas e outra para espera dos agressores;

b. Área para registro – O registro deve ser composto por cartório, sala de espera e sala de registro de ocorrências;

c. Área para a assistência judiciária – deve ser composta por duas (2) salas, uma para advogadas(os) e outra para espera;

d. Área para a equipe técnica – A equipe técnica deve ter a seu dispor três salas: uma para a equipe de investigação, outra para comunicação e a última para reconhecimentos – com espelho gessel;

e. Área para a coordenação – A coordenação deve ser composta por três salas: uma para a Delegada (o), outra de espera e uma de reunião;

f. Área de apoio – O apoio deve ser composto por uma sala para almoxarifado; uma sala de estar dos servidores; uma copa-cozinha; uma sala de equipamentos de proteção e armamento; e uma sala de detenção provisória;

g. Áreas comuns – A área comum das DEAMs deve ser composta por dois estacionamentos de veículos: um para o público em geral e outro para viaturas policiais; por um banheiro feminino e outro masculino; uma sala para brinquedoteca; vestiário masculino e vestiário feminino.

Cada ambiente deve ser devidamente sinalizado, e móveis funcionais devem ser utilizados para proporcionar conforto tanto às mulheres em busca de atendimento quanto às servidoras envolvidas no processo. Outrossim, a localização das DEAMs deve ser estrategicamente pensada, preferencialmente próxima a outros serviços da rede de atendimento, facilitando o acesso das mulheres em situação de violência.



PROGRAMA DE NECESSIDADES

PROGRAMA DE NECESSIDADES

Com a pesquisa dos padrões de implantação dos serviços, foi feita uma lista de usuários de cada edificação, a partir disso definiu-se as atividades que os mesmos realizavam e definido em quais ambientes isso ocorria.

Além disso, foi possível observar no Padrão de Implantação das DEAMs que a segregação espacial entre vítimas e agressores em uma sala de espera é necessária para preservar a privacidade de ambos. Essa divisão foi implementada em todo o projeto, onde os fluxos de circulação foram concebidos com base na premissa da proteção e privacidade da vítima, criando, assim, ambientes distintos para vítimas, servidores e agressores, e oferecendo espaços separados e apropriados para suas respectivas necessidades.

Lista de usuários, suas respectivas atividades e ambientes:

VÍTIMAS E FILHOS

1. DormirDormitórios
2. Realizar leituras/estudar...Sala de estudo e Lab. de Inform.
3. Receber apoio psicológico
- e jurídicoSalas individuais para cada profissional
4. DescansarSala de descanso
5. ComerRefeitório
6. Realizar trabalhos manuais.....Ateliê

PSICÓLOGO(A)

1. Realizar apoio psicológicoSala psicólogo

EDUCADOR(A) SOCIAL

1. Promover integração socialSala Educadora Social
2. Intervir nas problemáticas dos indivíduosSala Ed. Soc.

PEDAGOGO(A)

1. Ensinar em ambientação não escolarSala Pedagogo
2. Organizar planos de atividades escolaresSala Pedag.

COZINHEIRO(A)

1. Realizar o preparo de refeiçõesCozinha

NUTRICIONISTA

1. Garantir que as refeições servidas sejam saudáveis, seguras e de qualidadeCozinha

ADVOGADO(A)

1. Prover para as mulheres o acesso à informação sobre seus direitosSala Advogados

COORDENADOR(A) GERAL

1. Promover reuniõesCoordenação
2. Administrar complexoCoordenação
3. Gerenciar as operaçõesCoordenação
4. Supervisionar as operações diáriasCoordenação
5. Gerenciar o orçamentoCoordenação

RECEPCIONISTA

1. Atender ao públicoRecepção
2. Controlar o fluxo de pessoasRecepção
3. Orientar e agendar ou encaminhar para acompanhamento clínico e psicosocialRecepção

EQUIPE DE LIMPEZA

1. Limpar
2. Realizar manutenção de equipamentos utilizadosDepósito

FARMACÊUTICO(A)

1. Manipular medicamentosFarmácia
2. Controle de medicamentosFarmácia

MÉDICO(A)

1. Realizar atendimento clínico, e ginecológicoSala Consulta
2. Realizar de anamneseSala Consulta
- e preenchimento de prontuárioSala Consulta
3. Realizar exames laboratoriais necessáriosSalas Exames

ENFERMEIRO(A)

1. Fornecer cuidados e assistência aos pacientes; ..Curativos
2. Auxiliar na recuperação físicaSala Observação
3. Realizar avaliações e triagensCurativos
4. Medir sinais vitaisCurativos
5. Administrar medicamentos prescritos, realizar curativos e procedimentos médicos simplesCurativos

ASSISTENTE SOCIAL

1. Analisar, elaborar, coordenar e executar planos de políticas e direitos sociais;Sala Assistente Social
2. Aplicar demandas envolvendo educação, saúde, previdência, habitação e cultura para a sociedadeSala Assistente Social
3. Coletar dados, realizar laudos e estudos sociaisSala Assistente Social

DELEGADO(A)

1. Acolher as mulheres em situação de violência com atendimento humanizadoSala Delegado
2. Receber denúnciaSala Delegado
3. Instaurar inquéritoSala Delegado
4. Apresentar denúncia ao Ministério PúblicoSala Deleg.

INVESTIGADOR

1. Recolher provasSala de Investigação

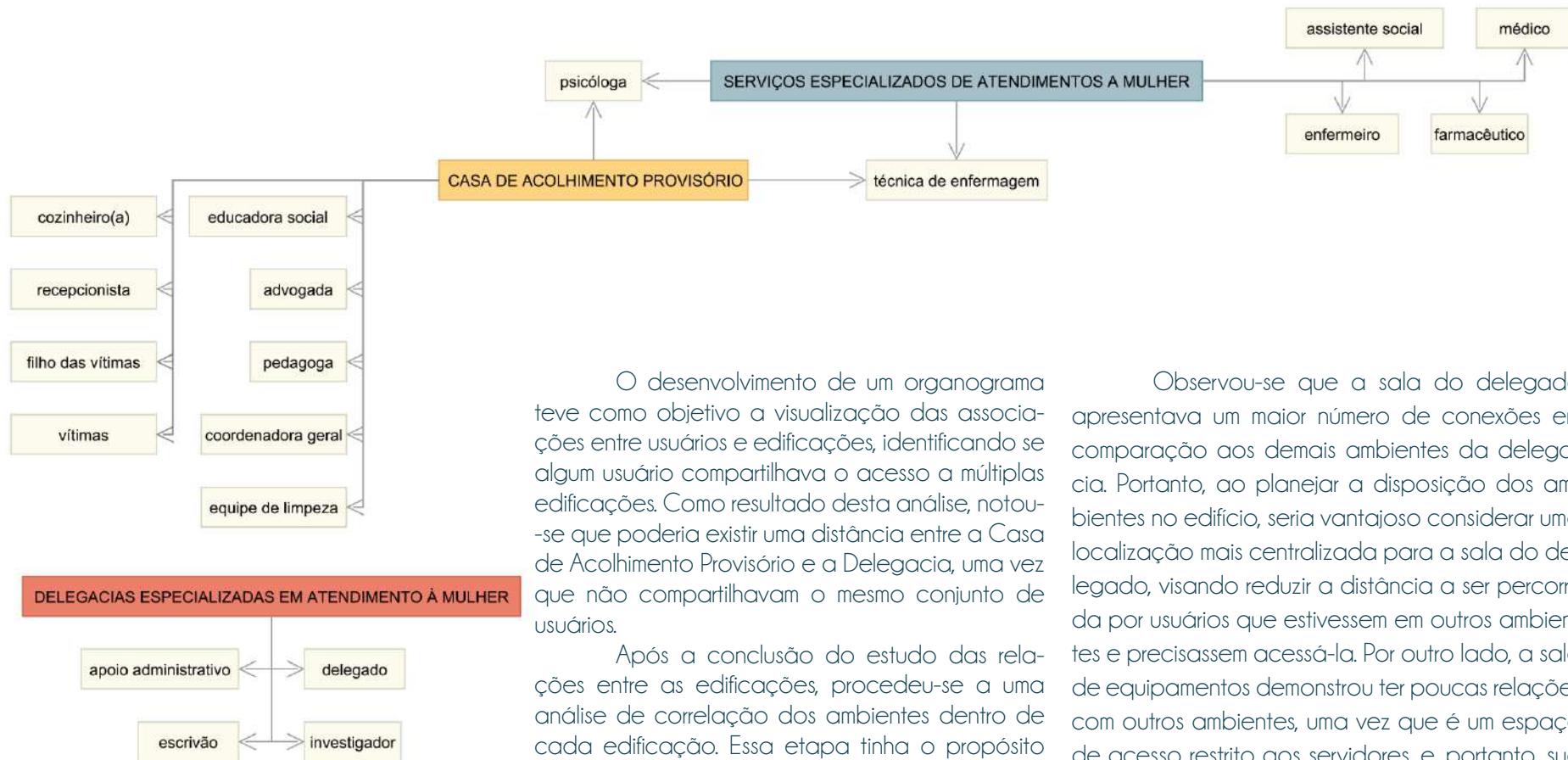


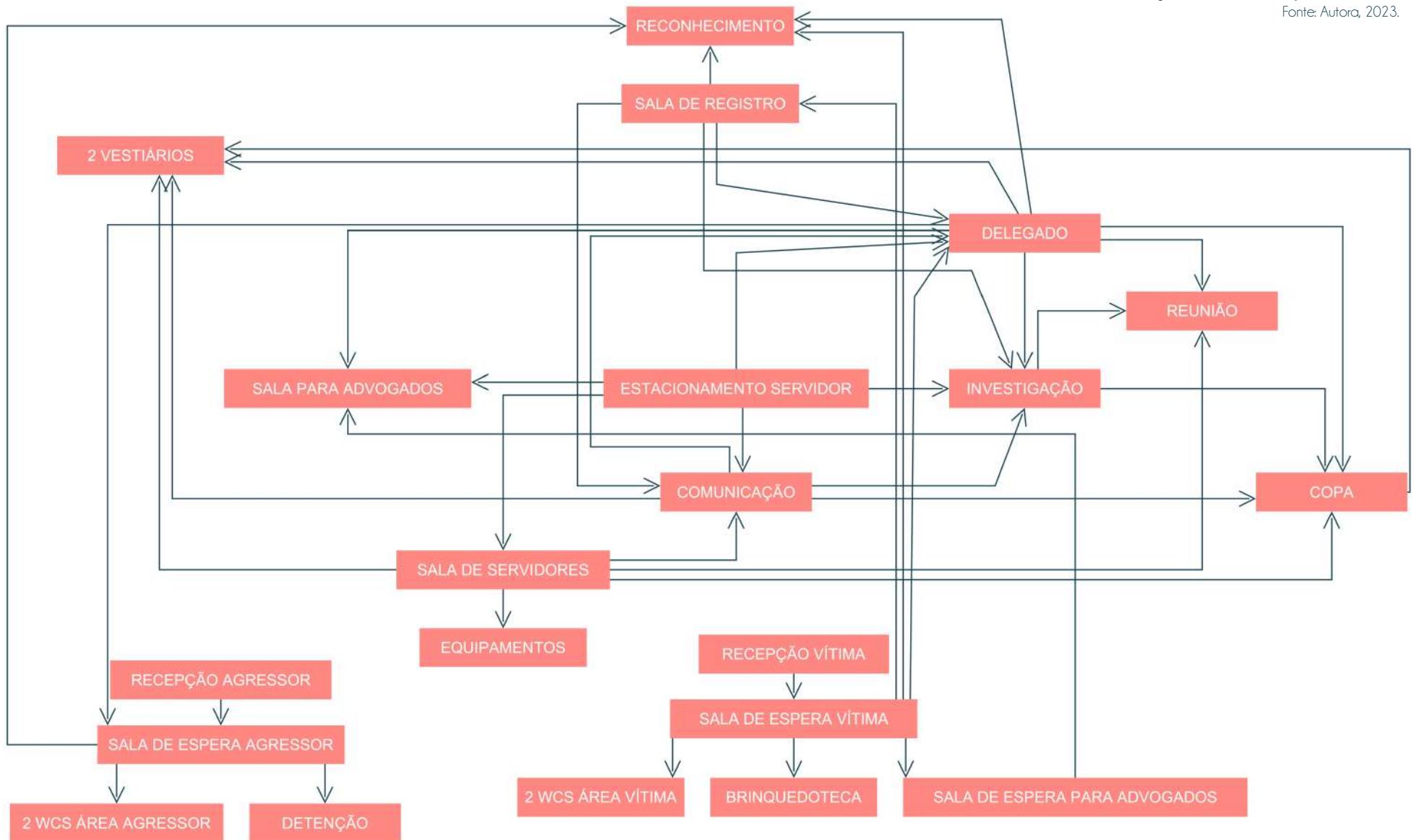
Figura 06: Matriz de relação de usuários
Fonte: Autora, 2023.

O desenvolvimento de um organograma teve como objetivo a visualização das associações entre usuários e edificações, identificando se algum usuário compartilhava o acesso a múltiplas edificações. Como resultado desta análise, notou-se que poderia existir uma distância entre a Casa de Acolhimento Provisório e a Delegacia, uma vez que não compartilhavam o mesmo conjunto de usuários.

Após a conclusão do estudo das relações entre as edificações, procedeu-se a uma análise de correlação dos ambientes dentro de cada edificação. Essa etapa tinha o propósito de compreender quão próximos os diferentes ambientes podiam ser posicionados uns em relação aos outros e identificar quais ambientes estabeleceriam interconexões mais significativas.

Observou-se que a sala do delegado apresentava um maior número de conexões em comparação aos demais ambientes da delegacia. Portanto, ao planejar a disposição dos ambientes no edifício, seria vantajoso considerar uma localização mais centralizada para a sala do delegado, visando reduzir a distância a ser percorrida por usuários que estivessem em outros ambientes e precisassem acessá-la. Por outro lado, a sala de equipamentos demonstrou ter poucas relações com outros ambientes, uma vez que é um espaço de acesso restrito aos servidores, e, portanto, sua localização pode ser planejada de acordo com critérios que privilegiam a eficiência operacional e a segurança.

Figura 07: Matriz de relação de ambientes
Fonte: Autora, 2023.



A análise detalhada dos espaços disponíveis revelou padrões distintos de relação entre os ambientes em cada um dos setores. No serviço de saúde, identificou-se uma clara interconexão entre os ambientes, o que facilitou a setorização eficiente desses espaços.

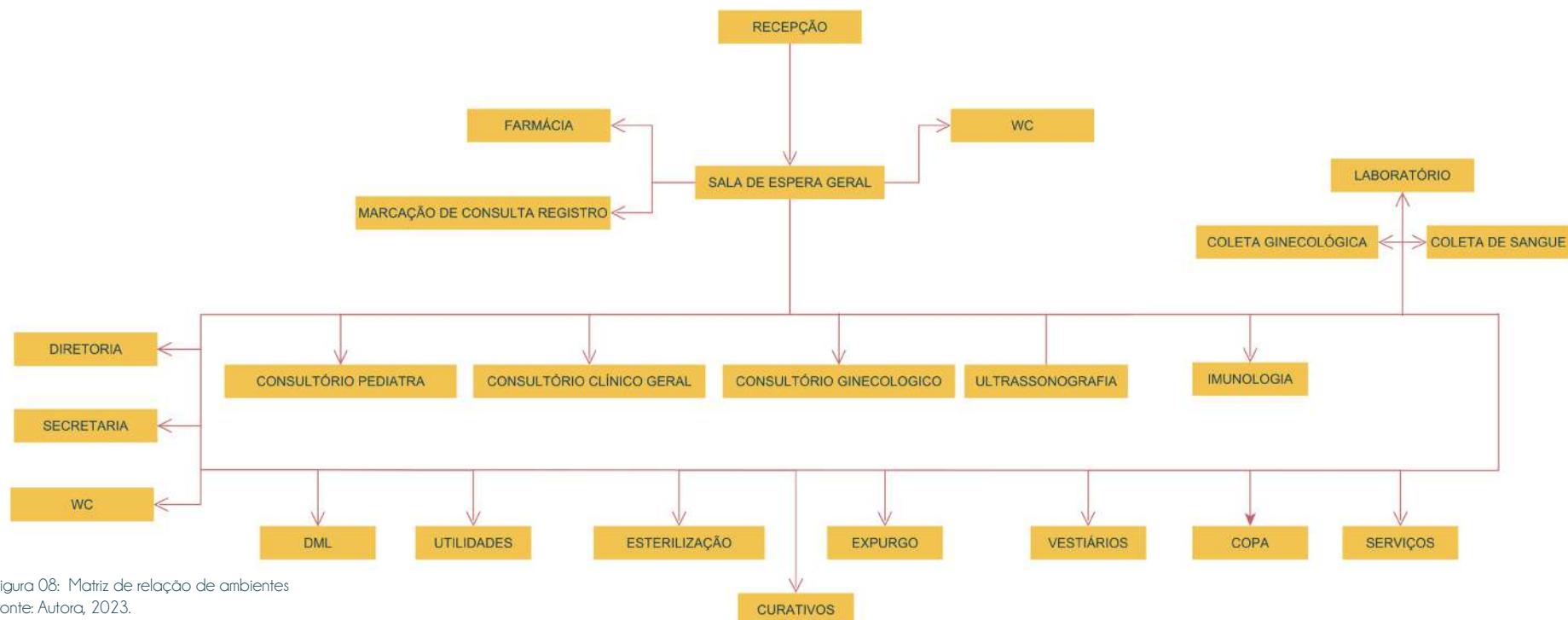


Figura 08: Matriz de relação de ambientes
Fonte: Autora, 2023.

Por outro lado, no centro de acolhimento, além da setorização, a análise revelou a importância de uma circulação centralizada, direcionando a circulação das residentes dos dormitórios para as áreas que oferecem atividades, tanto para eles como para seus filhos.

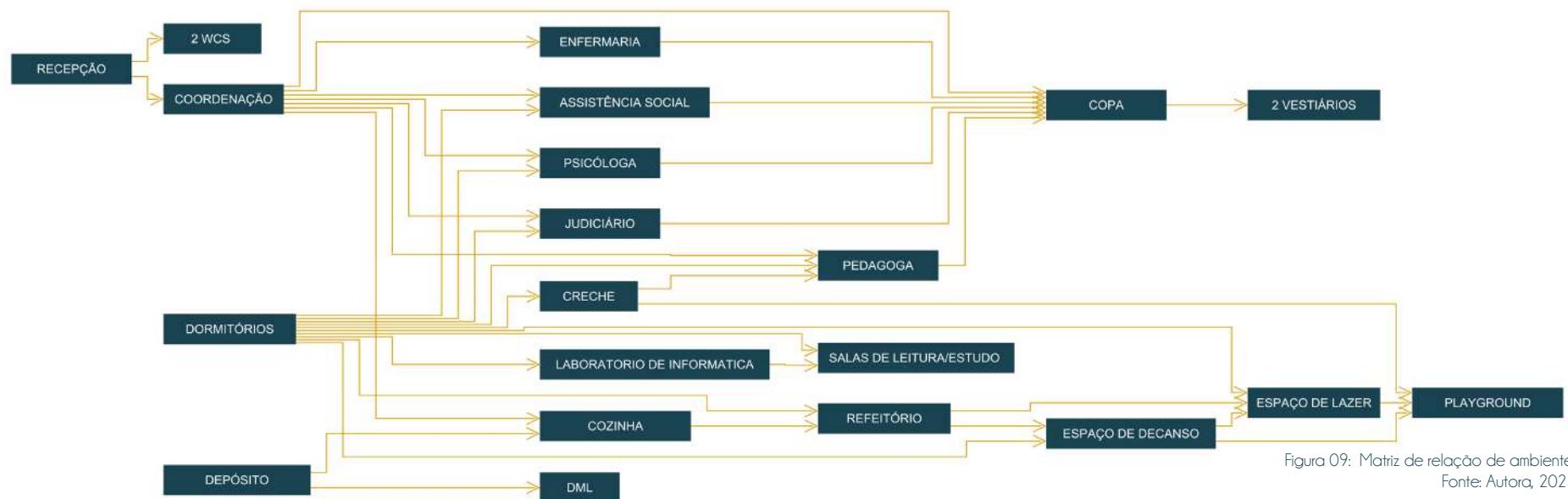


Figura 09: Matriz de relação de ambientes
Fonte: Autora, 2023.



REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA UNILEÃO / LINS ARQUITETOS ASSOCIADOS

ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA / AMOS GOLDRICH ARCHITECTURE + JACOBS YANIV ARCHITECTS

INFLUÊNCIAS PROJETUAIS

REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA UNILEÃO / LINS ARQUITETOS ASSOCIADOS

A 2^a Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal de Juazeiro do Norte/CE é um projeto realizado pelo escritório Lins Arquitetos Associados. O local funciona como um laboratório onde os estudantes dos cursos de bacharelado em Direito podem colocar em prática as teorias que aprenderam em sala de aula. O prédio apresenta uma forma semelhante a um bloco retangular com dimensões de 18,00 metros de largura, 67,00 metros de comprimento e 4,60 metros de altura. Ele possui dois acessos marcados por pórticos de concreto: um principal na fachada norte, aberto ao público em geral, e outro lateral na fachada oeste, destinado apenas aos funcionários (Pereira, 2019).

Esse projeto foi selecionado por apresentar soluções construtivas de conforto ambiental que são compatíveis às características do lote. Uma das primeiras soluções projetuais que se destacou foi a incorporação de elementos para proteção solar, a criação de jardins internos e o uso de um pé-direito elevado como estratégia para suas grandes fachadas expostas ao leste e oeste (Pereira, 2019).

Para evitar a incidência direta da luz solar nos espaços internos, jardins internos de 3,00 metros de largura foram posicionados ao longo

das fachadas leste e oeste. Além disso, os espaços são definidos por uma camada de alvenaria que possui diversas aberturas preenchidas com elementos vazados de cerâmica, que permitem a passagem do vento e filtram a luz solar (Pereira, 2019).

Todas as salas no interior do edifício estão equipadas com janelas altas de vidro transparente para capturar a luz natural que entra através das aberturas nas fachadas. Os materiais selecionados foram escolhidos para otimizar os custos e a funcionalidade: piso industrial, paredes com textura branca e uma cobertura metálica que se estende além do telhado. O contraste entre a cor vermelha terrosa dos cobogós e a aparência do concreto aparente dos pórticos realça a autenticidade dos materiais utilizados (Pereira, 2019).

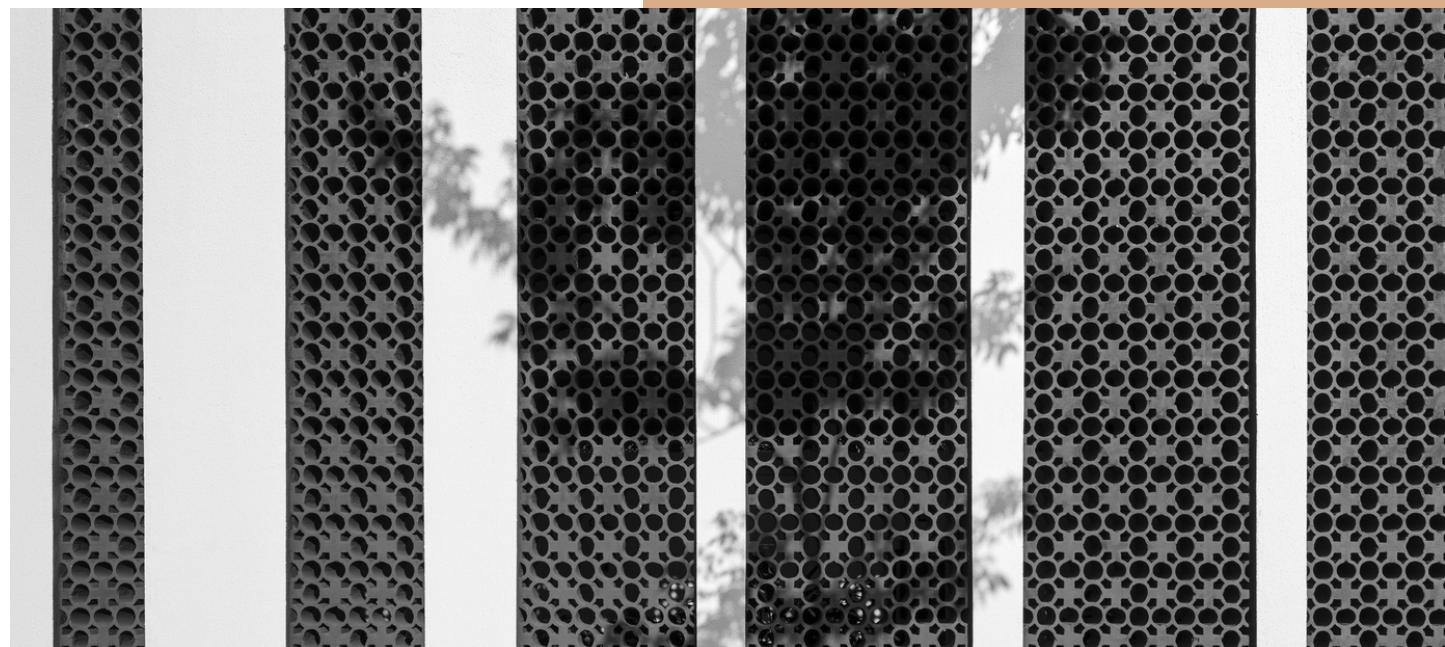
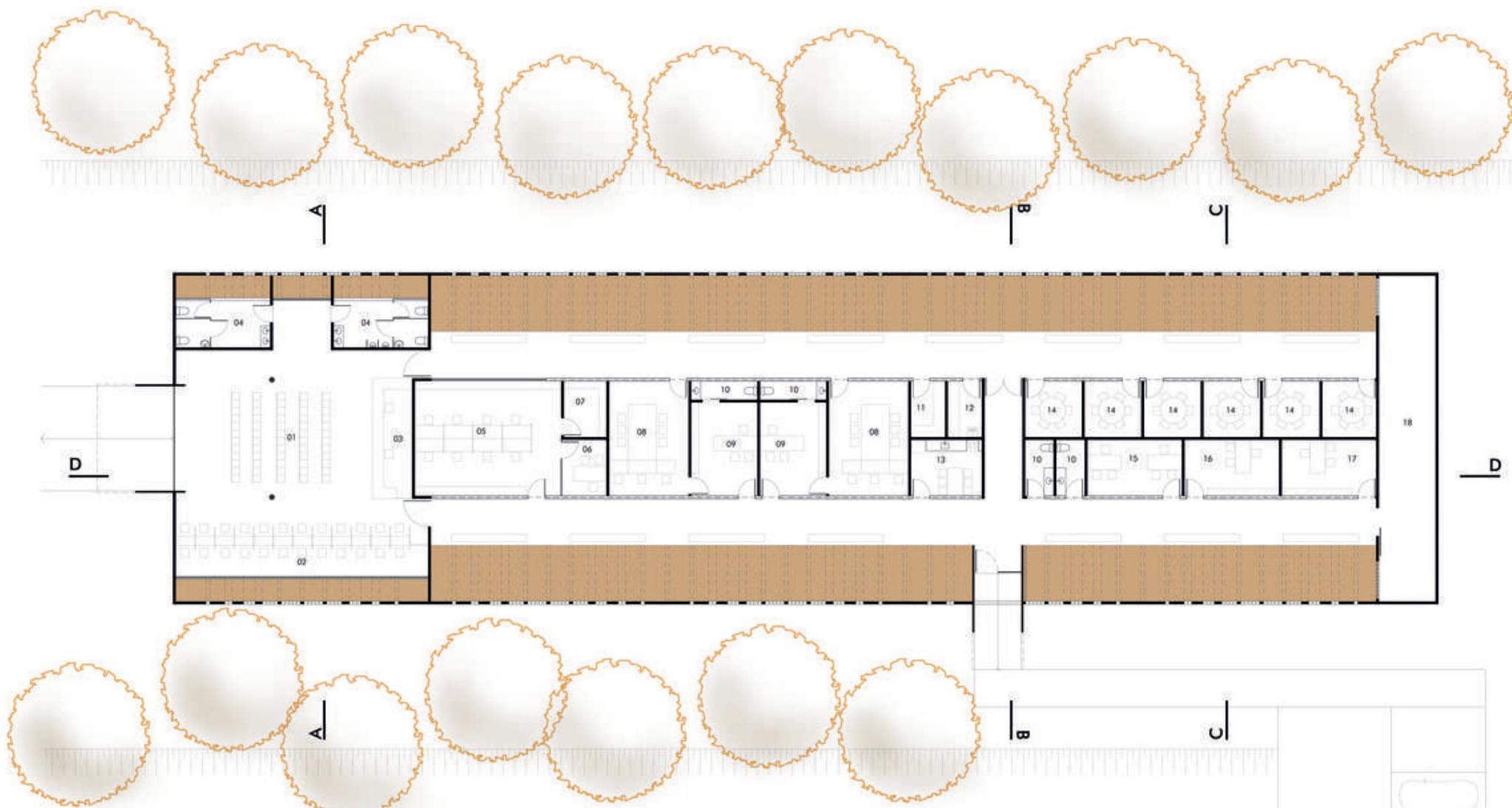


Figura 10: Núcleo de Prática Jurídica Unileão
Fonte: Joana França



No projeto, a inclusão de duas entradas distintas, uma destinada ao público externo e outra exclusiva para os funcionários, revela-se uma estratégia eficaz para a separação clara dos diferentes públicos. Além disso, a planta da edificação mostra que há uma distância entre a parede externa e os espaços internos, com jardins internos que reforçam essa separação. Isso também ajuda a promover uma boa ventilação natural.

Figura 12: Planta Baixa do Núcleo de Prática Jurídica
Unileão
Fonte: Escritório Lins Arquitetura

LEGENDA

01: ESPERA	10: WC PRIVATIVO
02: TRÂNSITO	11: SALA TÉCNICA
03: RECEPÇÃO	12: D.M.S.
04: WC ADAPTADO	13: COPA
05: SECRETARIA	14: SALA DE CONCILIAÇÃO
06: DIRETOR	15: SALA DA QAB
07: ARQUIVO	16: SALA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
08: SALA DE AUDIÊNCIA	17: SALA DA DEFENSORIA PÚBLICA
09: GABINETE DO JUÍZ	18: DÉPÔSITO

PLANTA PAVIMENTO TÉREO

0 2 10m

REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA / AMOS GOLDRICH ARCHITECTURE + JACOBS YANIV ARCHITECTS

Concebido pelo escritório Amos Goldreich Architecture, sediado em Londres, em colaboração com a empresa local Jacobs-Yaniv Architects, este abrigo é um dos únicos no mundo que foi projetado e construído em consultoria com a equipe que posteriormente ocupa e administra o espaço. Um aspecto interessante é que ao chegar no abrigo, cada nova família recebe uma pequena “casa” que é parte de uma edificação maior. Com o intuito de permitir que as famílias mantenham uma rotina cotidiana normal no abrigo, essas unidades são separadas por funções comuns e conectadas por corredores internos (González, 2018).

Uma potencialidade vista nessa opção projetual é que, ao replicar no projeto estudado, existe a possibilidade de usar o vão entre as “casas” como estratégia para melhorar a ventilação natural.

O berçário é fisicamente separado do grande edifício permitindo que sua função, como uma creche comum, seja cumprida. Ou seja, as mães deixam os filhos no espaço pela manhã e os buscam ao final do dia. O espaço verde central

no pátio desempenha um papel como ponto de encontro dos moradores. Além de seu propósito social, também desempenha uma função prática, criando conexões visuais entre as mães e as famílias, assim como entre as mulheres e seus filhos (González, 2018).

O corredor interno que circunda o espaço, também conhecido como “rua”, conecta as áreas internas e externas, criando um ambiente de fluxo livre no qual mulheres e crianças podem interagir. Ao mesmo tempo, esse arranjo preserva linhas de visão entre as diferentes partes e a equipe que administra o abrigo (González, 2018).



Figura 13: Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica
Fonte: Amit Geron.



Figura 14: Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica
Fonte: Amit Geron.

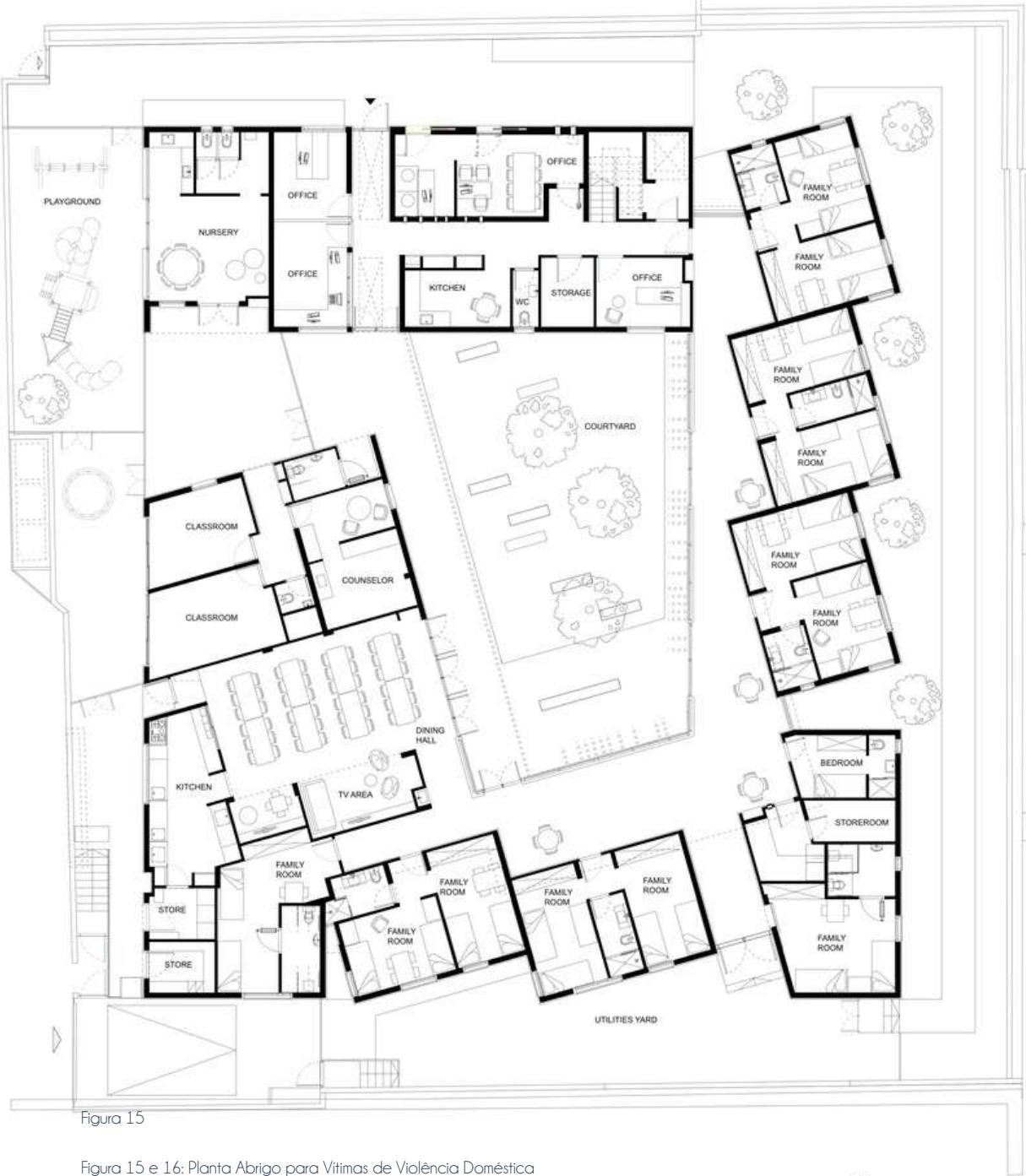


Figura 15 e 16: Planta Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica
Fonte: Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.

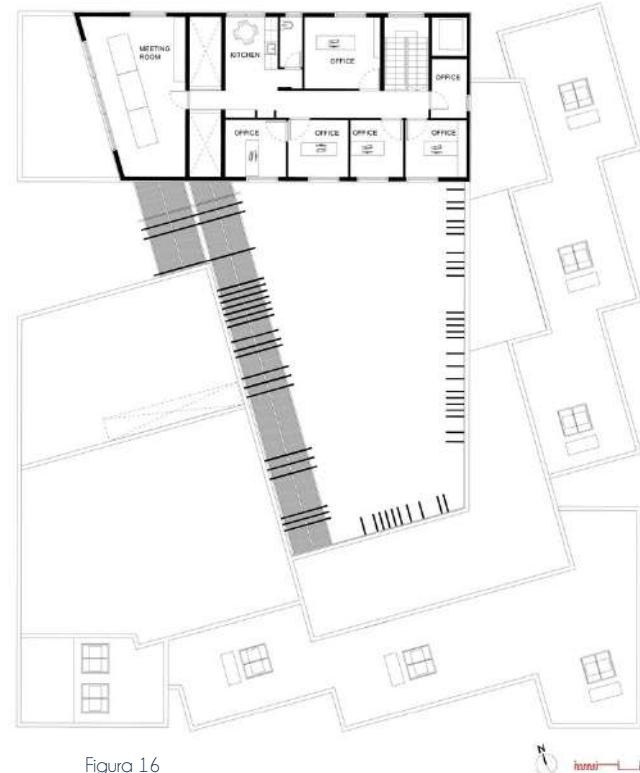
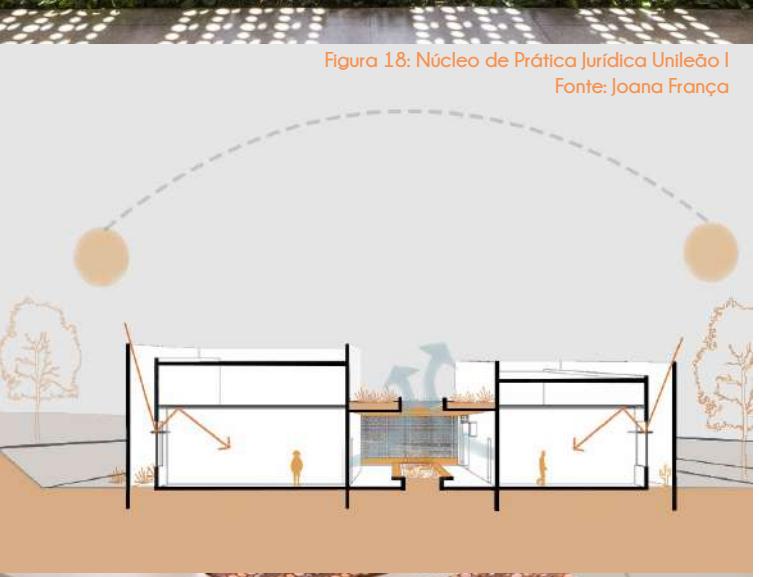


Figura 16

A partir da análise da planta baixa do projeto, é possível identificar uma divisão de áreas, nas quais os funcionários são alocados em um bloco segregado em relação às vítimas. Essa organização proporciona maior privacidade para as vítimas e promove um ambiente mais seguro e acolhedor para aqueles que necessitam de assistência.

Essa mesma segregação é aplicada à disposição das salas de aula, cozinha e dormitórios, permitindo que vítimas potencialmente mais traumatizadas, que desejam evitar interações, possam escolher níveis de contato social mais confortáveis, alojando-se a uma distância maior das áreas de convívio.



INFLUÊNCIAS PROJETUAIS

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA UNILEÃO

-Incorporação de elementos para proteção solar, a criação de jardins internos e o uso de um pé-direito elevado como estratégia para suas grandes fachadas expostas ao leste e oeste;

-Jardins internos de 3,00 metros de largura foram posicionados ao longo das fachadas leste e oeste para evitar a incidência direta da luz solar nos espaços internos;

-Espaços são definidos por uma camada de alvenaria que possui diversas aberturas preenchidas com elementos vazados de cerâmica, que permitem a passagem do vento e filtram a luz solar;

-Entradas diferentes para público externo e funcionários.

ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

-Cada nova família recebe uma pequena “casa” que é parte de uma edificação maior;

-Unidades são separadas por funções comuns e conectadas por corredores internos;

-O berçário é fisicamente separado do grande edifício;

-O espaço verde central no pátio desempenha um papel como ponto de encontro dos moradores.

Figura 20: Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Amit Geron.



Figura 21: Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Amit Geron.



Figura 22: Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Amit Geron.



O PROJETO



Figura 24: Imagem aérea bairro Bancários.
Fonte: Google Earth, 2023.

O LOTE

Segundo o macrozoneamento e o código de urbanismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, o terreno faz parte da ZR3 - Zona Residencial 3. Um grande fator a ser considerado foi o fato do entorno do lote predominantemente residencial, com residências unifamiliares e uma ocupação horizontal. Porém, concentra um grande número de estabelecimentos comerciais e serviços em suas proximidades.

O lote está localizado entre um ginásio e uma escola estadual, o que pode trazer benefícios em termos de proximidade com equipamentos esportivos e instituições de ensino. Próximo a ele também existe a UPA Bancários, que fornece atendimentos de saúde de média complexidade a região. Além disso, há a conveniência de estar próximo à Praça da Paz e a outras escolas, proporcionando acesso a espaços de convivência e educação.

No que diz respeito às condições climáticas, o lote possui as maiores faces voltadas para o leste e oeste, exigindo um maior cuidado ao zonear os ambientes no local.

Macrozoneamento	ZANP	T.O.	50%
Zoneamento	ZR3	I.A.	1,5
Recuos	Frontal: 5,00m Lateral: 1,50m Fundos: 3,00m	Taxa de Permeabilidade	12%
Área	6.196,35m ²	Nº de frentes	3



Figura 25: Mapa de Ocupação e uso do solo
Fonte: Autora, 2023.



Figura 26: Mapa da Hierarquia Viária
Fonte: Autora, 2023.

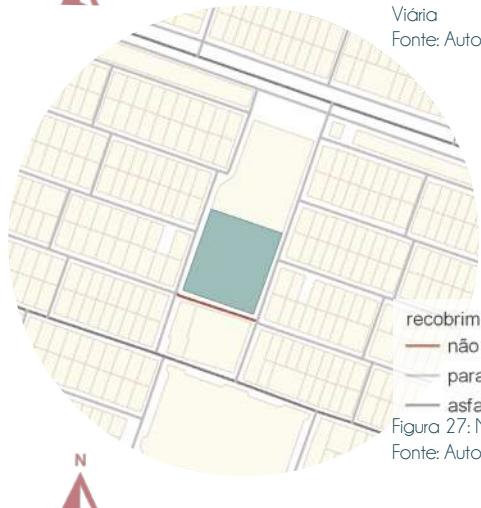


Figura 27: Mapa do Recobrimento de Vias
Fonte: Autora, 2023.

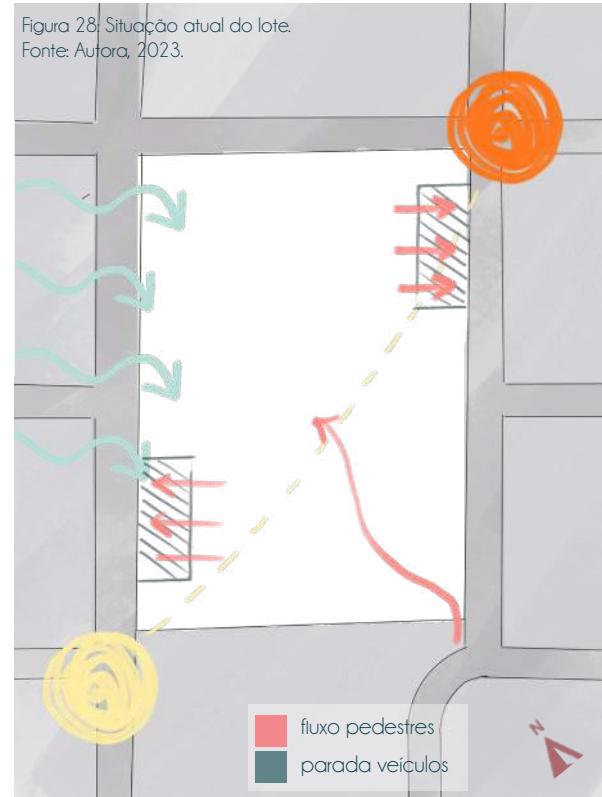


Figura 28: Situação atual do lote.
Fonte: Autora, 2023.



Figura 29: Situação atual do lote.
Fonte: Google Earth



Figura 30: Situação atual do lote.
Fonte: Google Earth.



Figura 31: Situação atual do lote.
Fonte: Google Earth.

Através da análise de imagens capturadas por satélites, foi identificado características relevantes no âmbito do terreno. Destacam-se, entre essas observações, a presença de uma cobertura vegetal presente na área, bem como evidências de marcas na superfície terrestre, as quais podem ser atribuídas à circulação de indivíduos. Adicionalmente, foi possível delinear a localização no lote onde os residentes da região recorrem à prática de estacionamento de veículos, denotando, assim, os pontos de uso preponderante.



Figura 23: Ilustração editorial
Fonte: Ilustrador Sy Tat

DIRETRIZES PROJETUAIS

- Desenvolver espaços de **interação com a natureza dentro do edifício**;
- Dado que a Casa de Acolhimento deve operar discretamente e não atrair a atenção, minimizar ao máximo a atração de pessoas para permanecerem em suas proximidades. Portanto, o objetivo é desenvolver um **ambiente agradável mas que não chame a atenção ou desperte a curiosidade** para a Casa de Acolhimento;
- Aproveitar ao máximo a **iluminação e ventilação natural** como principais componentes de conforto ambiental na maioria dos espaços;
- Devido à presença de vegetação natural no terreno, **priorizar a preservação do porte arbóreo**;
- Na Casa de Acolhimento, conceber tanto espaços que promovam a interação entre as vítimas quanto ambientes nos quais elas se sintam confortáveis para estar sozinhas;
- Ao planejar a acessibilidade do terreno, dar prioridade à **caminhabilidade preexistente**, conforme evidenciado nas fotografias.

ZONEAMENTO E SETORIZAÇÃO

O zoneamento das tipologias no lote foi planejamento baseando-se em dois fatores:

1. Condicionante climática:

Dian-
te da demanda por um ambiente refrigerado no
âmbito da prestação de cuidados de saúde, o
Posto de Saúde se torna um local no qual se veri-
fica menor exigência por insuflação de ventilação
natural. Apesar de existir a intenção de trabalhar
com isso nele, ele não foi priorizado neste tópico.

2. Acústica:

A totalidade do ter-
reno se insere em uma região caracterizada pela
baixa incidência de ruídos. Entretanto, a Casa
de Acolhimento Provisório deve proporcionar um
ambiente sereno, em virtude das atividades con-
templadas, tais como repouso, estudo e descanso.
Nesse âmbito, a proximidade com a Principal de
Bancários e Praça da Paz também foi considera-
da, onde foi optado por afastar a Casa de Aco-
lhimento desses referidos elementos, dado que
estes se caracterizam por manifesta propensão
à geração de níveis sonoros mais acentuados.

Nos primeiros estudos, os ambientes de
cada edificação foram setorizados considerando
apenas esses fatores externos sem considerar flu-
xos, ruídos internos e a conexão de um ambientes
com outro.

Figura 32: Estudos iniciais de zoneamento e setorização.
Fonte: Autora, 2023.



Figura 33: Estudos iniciais de zoneamento e setorização.
Fonte: Autora, 2023.

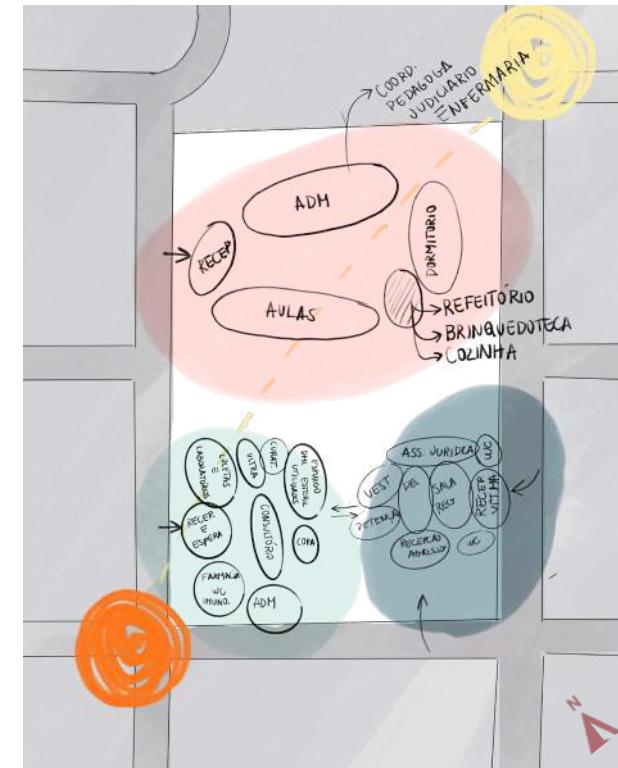


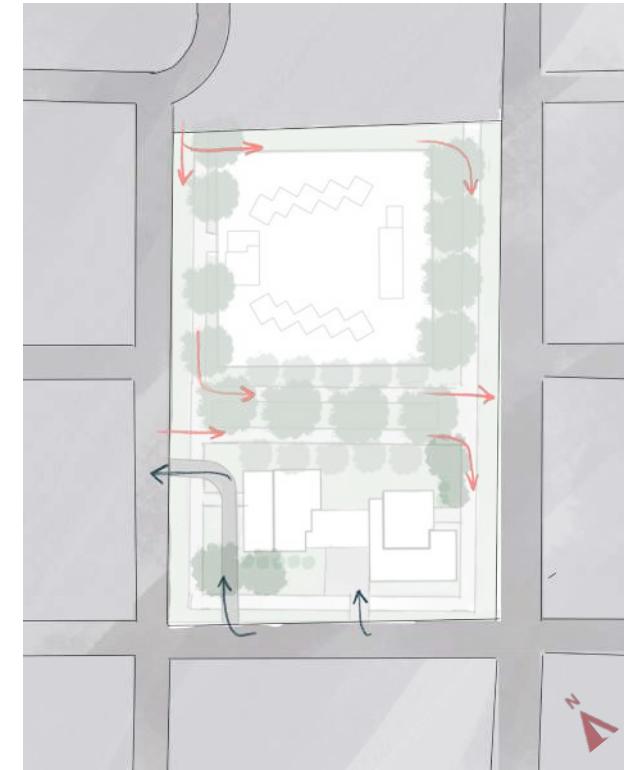
Figura 34: Estudos iniciais de zoneamento e setorização
Fonte: Autora, 2023.



Na setorização dos ambientes das edificações foi elaborada com maior foco na análise e direcionamento dos fluxos, tanto internos quanto externos. Esta fase de elaboração almejou a precisa demarcação dos pontos de acesso de cada edificação e sua correspondente distribuição no terreno. Esse enfoque permitiu a abertura de perspectivas para a criação de passeios aos percursos preexistentes da população local, além de possibilitar a disposição das áreas de estacionamento em proximidade às zonas já utilizadas.

Durante esse estágio, deu início a investigação das dinâmicas internas. Na Delegacia, além de priorizar a distribuição dos ambientes molhados para as fachadas sudeste e noroeste, a setorização dos ambientes com o intuito de segregar o fluxo da vítima e o do agressor, baseando-se, assim, nos preceitos normativos vigentes. A respeito da Casa de Acolhimento, nesse intervalo, teve início a concepção de um grande pátio interno, como elemento a ser desenvolvido adiante.

Fonte: Autora, 2023.





Uma das premissas desse projeto é a criação de vagas de estacionamento em proximidade com as já utilizadas pelos moradores locais. Isso é essencial para **garantir que os moradores possam continuar utilizando o terreno da maneira que já faziam**.

Também foi planejado a criação de vagas de estacionamento em proximidade com o Serviço de Saúde e a Delegacia, facilitando o acesso dos servidores a essas instituições. Para determinar o número de vagas necessário, o projeto segue um cálculo de **1 vaga para cada 50m²**, e considerando também a necessidade de **4 vagas para viaturas**, o estacionamento foi planejado para acomodar 22 vagas destinadas aos servidores do Serviço de Saúde e da Delegacia. Isso garante que haja espaço adequado para a equipe que trabalha nessas instituições. Além das vagas para servidores, o projeto inclui **6 vagas designadas para acolhimento**.

Para atender às necessidades operacionais da Serviço de Saúde e Casa de Acolhimento Provisório, o projeto incorpora áreas de entrada de serviço. Essas áreas são destinadas a veículos de apoio, ambulâncias e veículos de emergência, garantindo uma entrada rápida e eficiente para casos de emergência.

Outra característica importante do projeto é a criação de áreas específicas para entrada e saída de carros e/ou ambulâncias. Essas áreas são projetadas para garantir a fluidez do tráfego e o acesso rápido, contribuindo para uma resposta eficaz em situações de emergência.

Figura 36: Planta Baixa Complexo
Fonte: Autora, 2023.

A campanha “Agosto lilás”, da luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, utiliza a cor roxa. Devido a isso, foi feita a escolha de flores de coloração roxa, especificamente as flores perpétuas, como elemento central do design. As flores perpétuas têm um ciclo de vida anual, o que significa que elas florescem e desabrocham em um ciclo que dura aproximadamente um ano. Além disso, elas apreciam muitas horas de exposição à luz solar.



Figura 37: Fachada Delegacia
Fonte: Autora, 2023.

A cobertura foi projetada a partir da instalação de telhas de fibrocimento nas coberturas das edificações com uma inclinação mínima de 9%. Por outro lado, a edificação dos servidores da Casa de Acolhimento Provisório requer uma inclinação mais acentuada das telhas de fibrocimento, com um ângulo de 15%.

Legenda

- Casa de Acolhimento Provisório
- Serviço de Saúde
- Delegacia

Figura 38: Planta Baixa Complexo
Fonte: Autora, 2023.



RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Para Botelho e Ribeiro (2010) a quantidade de litros por pessoa nas tipologias do projeto é esta:

TIPO DE CONSTRUÇÃO	CONSUMO MÉDIO (litros/dia)
Alojamentos provisórios	80 por pessoa
Edifícios públicos ou comerciais	50 por pessoa
Ambulatório	25 por pessoa

Na Delegacia, que abriga um total de 10 servidores, apesar de não haver uma regulamentação específica que estabeleça o número exato de pessoas necessárias para limpar uma área daquele tamanho, a equipe de limpeza foi dimensionada com base na relação de uma pessoa

para cada 80 metros quadrados. Com base nesse critério e considerando a área aproximada da Delegacia, que é de 421 metros quadrados, foi estimada a necessidade de 6 pessoas para realizar a limpeza. Esse cálculo resultou em uma demanda de 800 litros de água por dia, o que implica na necessidade de um reservatório com capacidade de 2.400 litros.

O mesmo método de cálculo foi aplicado ao Serviço de Saúde. No entanto, devido à natureza desse ambiente, que é um serviço de saúde, a relação utilizada foi de 50 metros quadrados para cada pessoa encarregada da limpeza. Com um total de 17 servidores e uma área de 458 metros quadrados na edificação, foi calculada a necessidade de 9 pessoas para a limpeza, resultando em um requisito de 1950 litros de água.

Na Casa de Acolhimento, foram considerados o número de pessoas que trabalhariam no local, a capacidade máxima de acolhimento de vítimas e a suposição de que metade

das vítimas estariam acompanhadas de um filho. Com base nesses critérios, o cálculo da capacidade do reservatório da Casa de Acolhimento indicou a necessidade de 11.040 litros para atender a um total de 46 pessoas.

TIPOLOGIA	VOLUME (litros)
Delegacia	2.400L
Serviço de Saúde	1.950L
Casa de Acolhimento	11.040L

Vale ressaltar que, de acordo com as dimensões da Casa de Acolhimento, que ultrapassam 950 metros quadrados, é exigida a presença de um reservatório secundário, responsável por acumular 60% do volume total da reserva de água. Isso resulta em 6.500 litros alocados no reservatório inferior e 4.500 litros no reservatório superior.

DIMENSIONAMENTO

O projeto contempla três edificações de tipologias distintas, cada uma com seu programa de necessidades.

DELEGACIA		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
RECEPÇÃO VÍTIMA	1	10,2
RECEPÇÃO E ESPERA AGRESSOR	1	16,64
CARTÓRIO	1	12,69
SALA DE REGISTRO	1	12,69
ESPERA VÍTIMA	1	19,51
SALA PARA ADVOGADOS	1	8,31
SALA DE ESPERA PARA ADVOGADOS	1	8,12
INVESTIGAÇÃO	1	16,57
COMUNICAÇÃO	1	12,65
RECONHECIMENTO	1	8,64
DELEGADO	1	17,12
REUNIÃO	1	15,66
COPA	1	20,4
EQUIPAMENTOS	1	8,68
DETENÇÃO	1	17,21
BANHEIRO PÚBLICO GERAL	4	5,73
BANHEIRO SERVIDORES	2	10,93
TOTAL	24	249,53

SERVIÇO DE SAÚDE		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
RECEPÇÃO E ESPERA	1	27,86
FARMÁCIA	1	11,54
WC	2	12,27
WC PCD	1	4,47
IMUNOLOGIA	1	10,26
SECRETARIA	1	10,22
DIRETORIA	1	10,24
CONSULTÓRIO GINECOLÓGICO	1	13,05
CONSULTÓRIO CLÍNICO GERAL	1	12,09
CONSULTÓRIO PEDIATRA	1	13,27
CURATIVO	1	13,04
ULTRASSONOGRAFIA	1	11,12
SALA DE COLETA DE SANGUE	1	8,82
SALA DE COLETA GINECOLÓGICA	1	12,75
LABORATÓRIO	1	11,91
VESTIÁRIO	2	11,93
DML	1	3,73
UTILIDADES	1	6,91
SALA DE OBSERVAÇÃO	1	10,98
COPA	1	8,64
EXPURGO	1	5,64
ESTERILIZAÇÃO	1	9,24
DESCANSO E WC	1	20,21
TOTAL	25	284,39

ABRIGO		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
DORMITÓRIO	20	17,28
RECEPÇÃO	1	10,26
VESTIÁRIO	2	12,9
COPA	1	22,78
ENFERMARIA	1	10,31
COORDENAÇÃO	1	11,05
JUDICIÁRIO	1	9,9
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	10,72
CRECHE	1	19,89
SALAS DE LEITURA/ESTUDO	1	37,19
ATELÉIS	1	37,1
LABORATORIO DE INFORMATICA	1	37,15
REFEITÓRIO	1	35,78
DML	1	5,11
DEPÓSITO	1	5,4
PEDAGOGA	1	10,25
BRINQUEDOTECA	1	22,04
WC PÚBLICO	2	4,66
TOTAL	39	625,75

A quantidade de quartos e a dimensão dos ambientes foram pensadas na capacidade máxima de 20 vítimas simultaneamente, de acordo com o padrão de implantação.

Figura 39: Planta Baixa Complexo
Fonte: Autora, 2023.



Figura 40: Fachada Delegacia
Fonte: Autora, 2023.



DELEGACIA

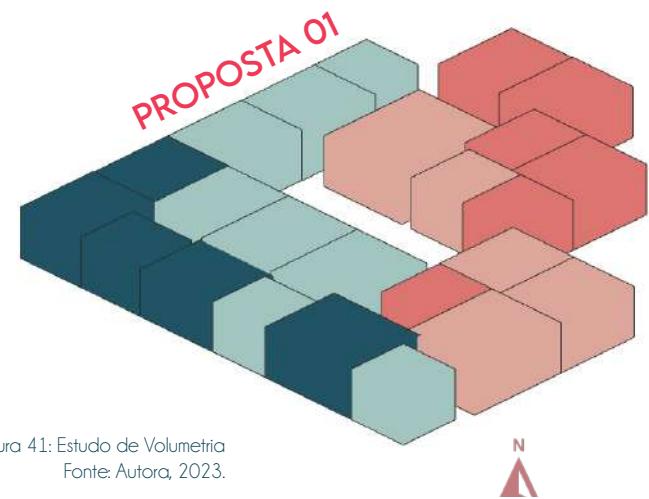


Figura 41: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.



Figura 42: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

A estrutura da Delegacia foi segmentada em quatro setores, os quais foram classificados com base na sua vinculação aos grupos específicos de utilizadores: setor, privado, onde apenas servidores tem acesso, vítimas e agressores. O quarto setor, denominado setor público, é caracterizado pela conexão interligada entre as categorias de indivíduos.

Na **Proposta 1**, foram implementadas a separação dos acessos e trajetos destinados a vítimas e agressores. Também foi pensado um pátio com jardins internos, com o propósito de instaurar um microclima agradável no âmbito do setor destinado às vítimas.

Na **Proposição final**, a fluidez dos trajetos da vítima e do agressor foi restrita, visando delinear uma segregação mais acentuada. A única instância onde essas duas categorias podem se encontrar é na sala de reconhecimento, sob a supervisão de acompanhamento da vítima. Ademais, um segundo pátio interno foi incorporado, potencializando a ventilação natural na parte subsequente da estrutura da Delegacia.

Legenda

■	Vítimas
■	Público
■	Agressores

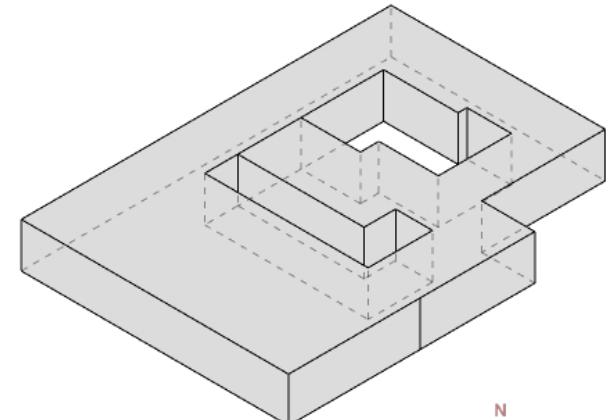


Figura 43: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

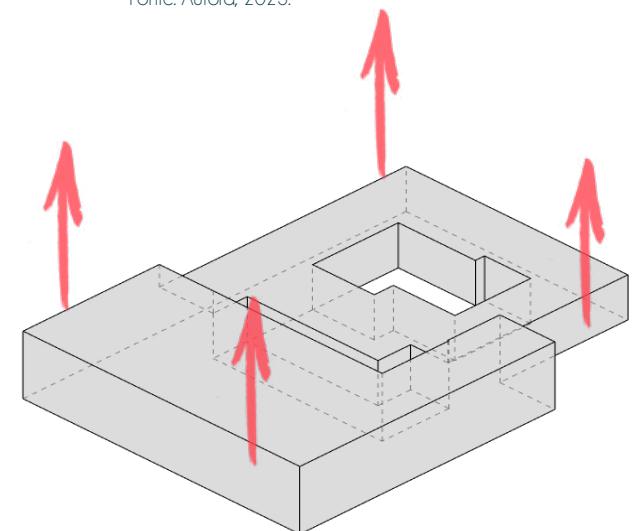


Figura 44: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.



Figura 45: Planta Baixa Lote
Fonte: Autora, 2023.



Figura 46: Planta Delegacia
Fonte: Autora, 2023.



Legenda

- 1 - RECEPÇÃO VÍTIMA
- 2 - SALA DE ESPERA VÍTIMA
- 3 - SALA DE ESPERA ADVOGADOS(a)
- 4 - SALA ADVOGADOS(a)
- 5 - WC PÚBLICO VÍTIMA FEMININO
- 6 - SALA DE EQUIPAMENTOS
- 7 - WC PÚBLICO VÍTIMA MASCULINO

- 8 - COMUNICAÇÃO
- 9 - SALA DE REGISTRO
- 10 - CARTÓRIO
- 11 - SALA DO DELEGADO
- 12 - WC SERVIDORES FEMINIINO
- 13 - WC SERVIDORES MASCLINO
- 14 - SALA DE REUNIÃO

- 15 - SALA DE INVESTIGAÇÃO
- 16 - COPA
- 17 - WC PÚBLICO AGRESSOR MASCULINO
- 18 - WC PÚBLICO AGRESSOR FEMININO
- 19 - RECEPÇÃO E ESPERA AGRESSOR
- 20 - DETENÇÃO
- 21 - RECONHECIMENTO

A parede de elementos vazados foi projetada para permitir a entrada de ventilação e iluminação natural no interior do edifício. Isso elimina a necessidade de dependência excessiva de iluminação artificial e sistemas de ar condicionado, resultando em economia de energia e redução nos custos operacionais.

A disposição das aberturas nos mesmos eixos ao longo da edificação foi planejada para criar um fluxo contínuo de ventilação. Ao alinhar as aberturas, o ar fresco pode entrar através de um lado da parede, enquanto o ar quente e viciado é expelido pelo outro lado, promovendo uma circulação de ar natural eficaz.

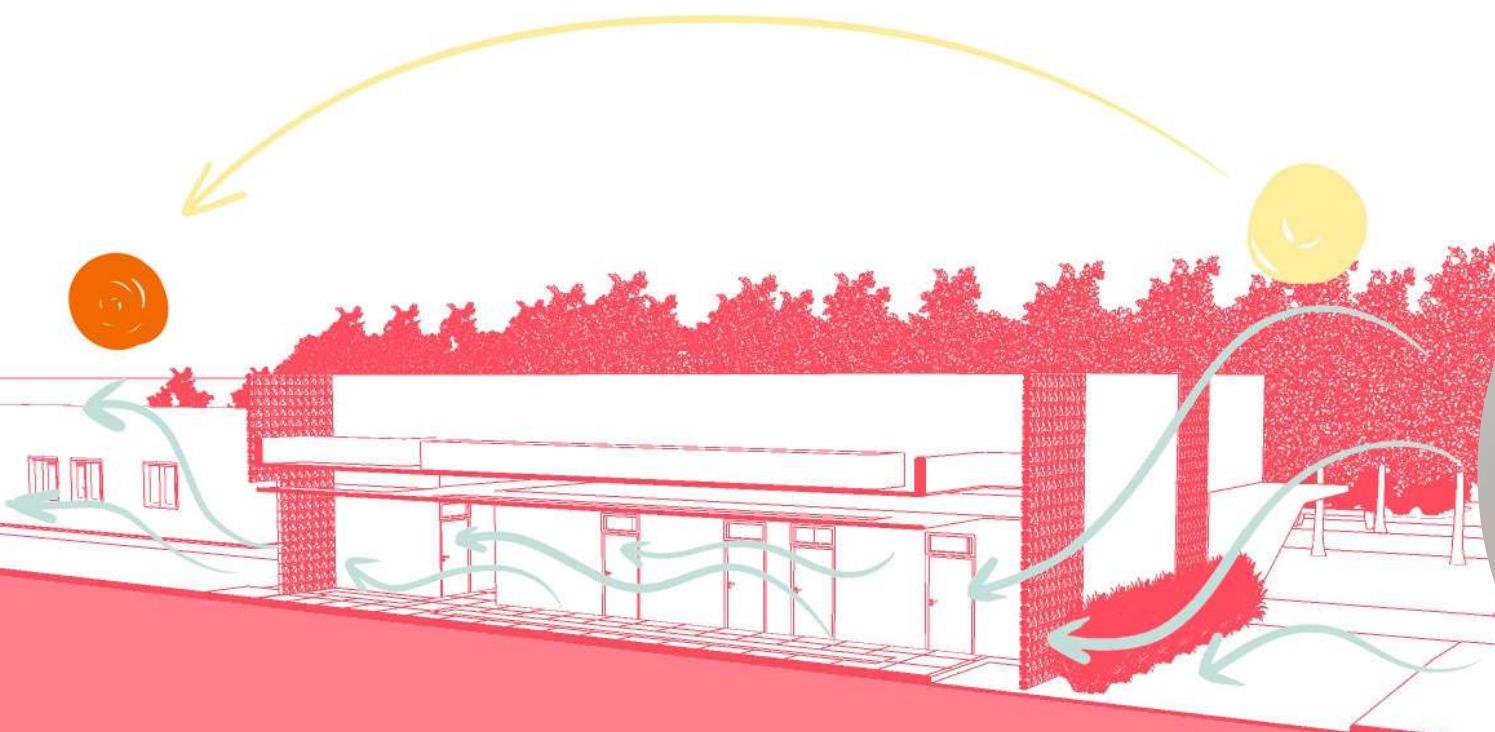


Figura 47: Corte Delegacia
Fonte: Autora, 2023.

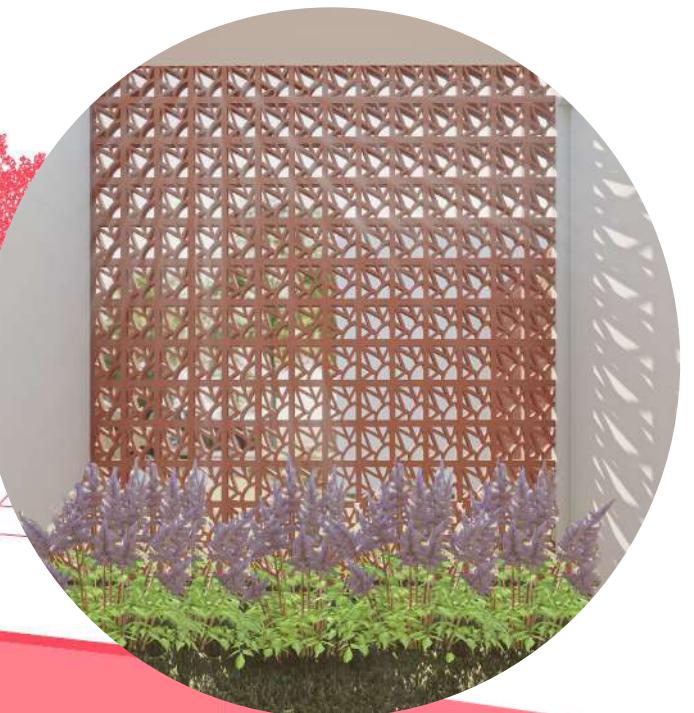


Figura 48: Vista interna Delegacia
Fonte: Autora, 2023.

ESTRUTURA

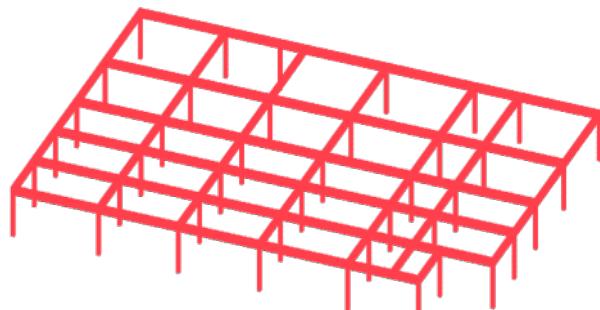


Figura 49: Sistema estrutural Delegacia
Fonte: Autora, 2023.

A estrutura da delegacia, assim como o projeto integral, foi construída em concreto armado. A concepção principal previa espaços predominantemente dimensionados em torno de 5x5 metros, com modificações pontuais para acomodar a disposição interna. Conforme descrito na obra de Botelho, M. H. C. e Marchetti, O. (2018), as dimensões requeridas para os pilares em vãos dessa natureza devem ser de 20x20 centímetros, enquanto as vigas devem apresentar uma espessura de 20 centímetros e uma altura de 50 centímetros.

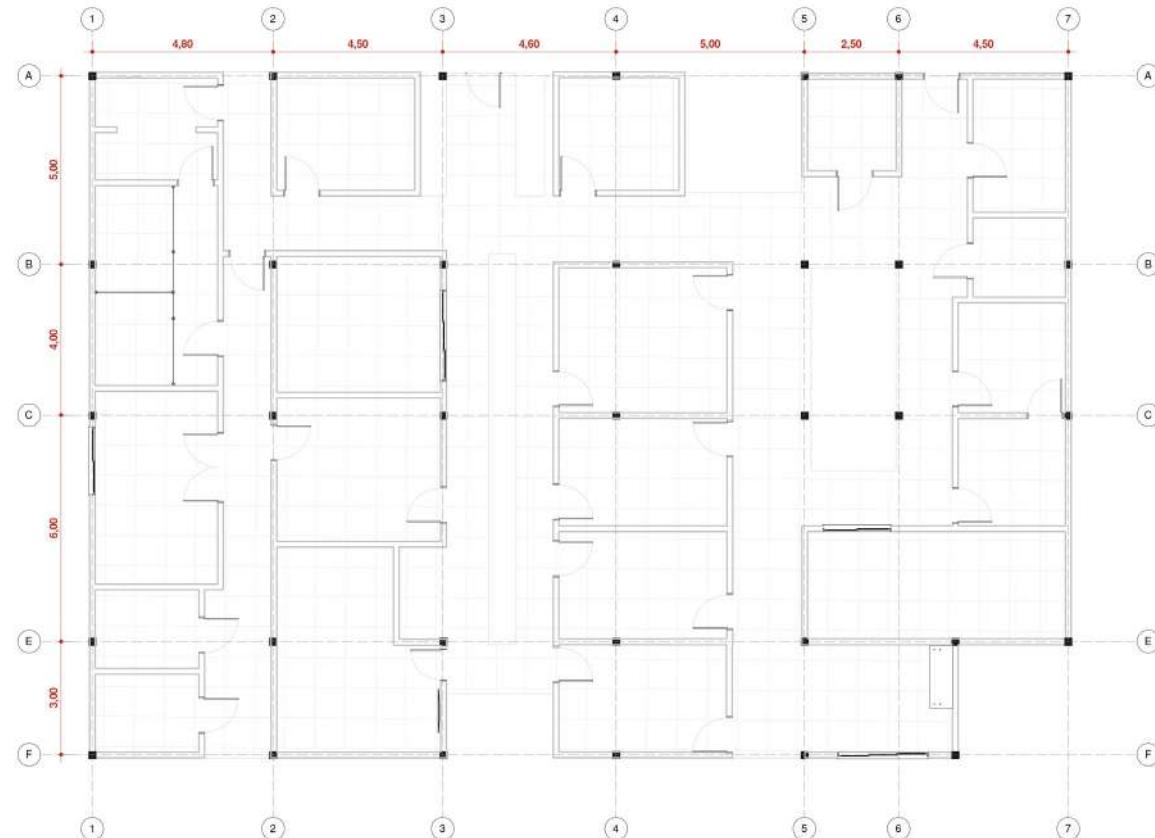


Figura 50: Sistema estrutural Delegacia
Fonte: Autora, 2023.



Figura 51: Circulação Delegacia
Fonte: Autora, 2023.

O projeto é estruturado em conformidade com as normas de implantação que estipulam a separação completa das circulações de vítimas e agressores. Isso é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar das partes envolvidas e minimizar qualquer risco de confrontos ou incidentes adversos.

A presença de duas entradas paralelas é um elemento-chave de prevenção, pois garante que vítimas e agressores possam ingressar e sair das instalações sem cruzar os caminhos um do outro. Essa separação rígida ajuda a proteger a privacidade e a segurança das vítimas, bem como a garantir a integridade do processo de reconhecimento.

Legenda

- █ Vítima
- █ Público
- Agressor
- Agressor

Este projeto visa criar uma integração eficaz entre a Delegacia e o Instituto de Saúde, com o objetivo de proporcionar um meio seguro e direto para o deslocamento de vítimas ou pacientes entre os edifícios, sem a necessidade de acessar áreas externas.

Isso permite que vítimas que cheguem à Delegacia e necessitem de atendimento médico, ou pacientes identificadas como vítimas de violência, sejam levadas de um edifício para o outro de maneira direta, segura e eficiente.



Figura 52: Corte Delegacia
Fonte: Autora, 2023.

Figura 53: Fachada Delegacia
Fonte: Autora, 2023.





CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO

Figura 5.4: Fachada Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.

PROPOSTA 01

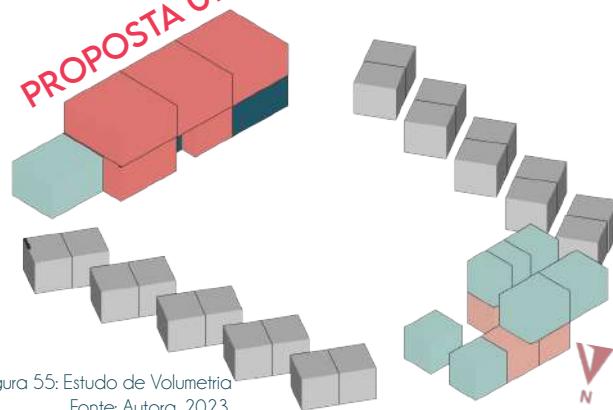


Figura 55: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

PROPOSTA 02

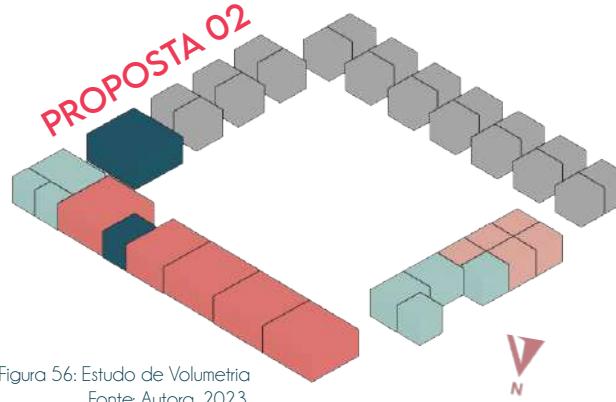


Figura 56: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

PROPOSTA FINAL



Figura 57: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

Legenda

■	Crianças
■	Apoio
■	Servidores

O Casa de Acolhimento foi dividido em **5 setores**, correspondentes aos **dormitórios**, **áreas ocupadas pelos servidores**, **espaço destinado à interação entre as vítimas**, onde atividades como refeições e estudos são realizadas, as **zonas designadas para as crianças** e por fim, os **pontos de apoio** internos das vítimas, como apoio jurídico, assistência social, etc.

Na **Proposta 1**, foi pensado em centralizar todas as atividades sociais das vítimas e segregar suas suítes visando ampliar a dimensão da individualidade. Ademais, as suítes foram organizadas em pares, mantendo uma distância de dois metros entre si.

Na **Proposta 2**, optou-se em conferir ao projeto uma orientação linear, migrando todas as instalações do primeiro pavimento para o térreo. As suítes foram reposicionadas e orientadas ao longo das fachadas sudeste e sudoeste, com o propósito de otimizar a captação de ventilação.

Na **Proposta final**, o refeitório, enquanto epicentro de congregação, foi transferido para a extremidade do lote mais distante das suítes, mantendo-as em sua proximidade. O DML, depósito e cozinha foram situados ao longo da fachada noroeste. Esse direcionamento também resultou na centralização das atividades dos servidores, otimizando, assim, o fluxo interno em prol das residentes do abrigo. A brinquedoteca foi alocada mais centralmente no terreno, facilitando o acesso por parte das crianças, especialmente aquelas que se encontram nos ambientes como as suítes e a sala de descanso.

Além disso, a rotação das suítes não apenas aprimora a ventilação, mas também contribui para a entrada de luz natural, melhorando a qualidade do ambiente interno. Essa proposta inclui o aumento do pé-direito no prédio de servidores e apoio. Essa mudança arquitetônica aumenta a altura do edifício, criando uma estética diferenciada e um jogo de alturas.

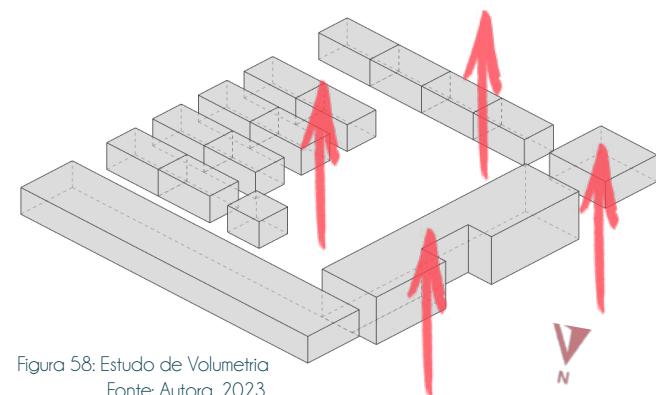


Figura 58: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

Legenda

- 1 - RECEPÇÃO VÍTIMA
- 2 - CRECHE
- 3 - WC MASCULINO
- 4 - ENFERMARIA
- 5 - JUDICIÁRIO
- 6 - WC FEMININO
- 7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 8 - PEDAGOGIA
- 9 - COORDENAÇÃO
- 10 - COPA
- 11 - VESTIÁRIO FEMININO
- 12 - VESTIÁRIO MASCULINO
- 13 - LAVANDERIA
- 14 - COZINHA
- 15 - DML
- 16 - DEPÓSITO
- 17 - REFEITÓRIO
- 18 - ATELIÊ
- 19 - LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
- 20 - SALA DE ESTUDO
- 21 - SALA DE DESCANSO
- 22 - BRINQUEDOTECA
- 23 - SUÍTES

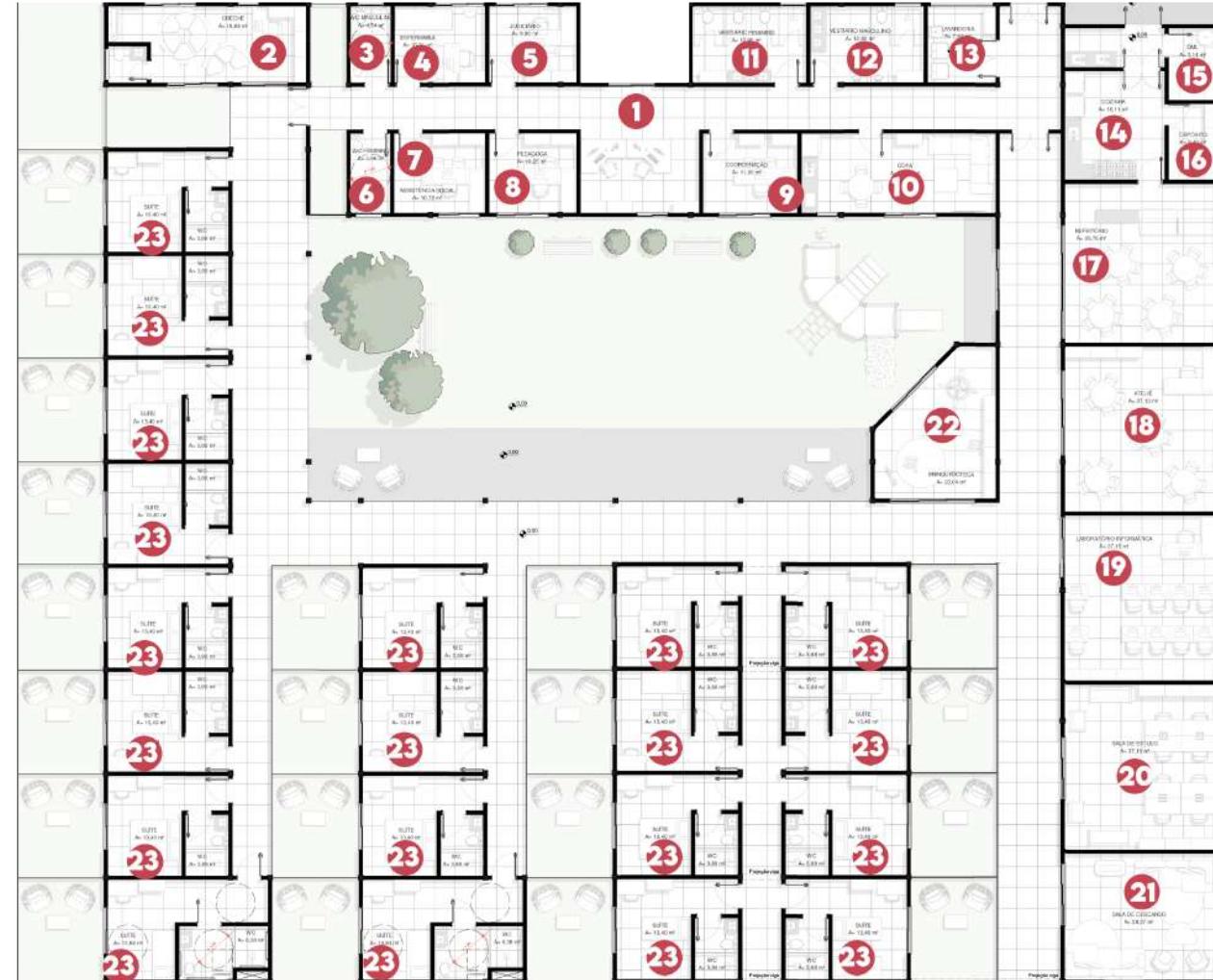


Figura 59: Planta Casa Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.

Figura 60: Planta Baixa Lote
Fonte: Autora, 2023.





Figura 61: Vista interna Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.

A criação de pátios internos com jardins é uma característica central deste projeto. Esses espaços proporcionam áreas ao ar livre dentro da estrutura do edifício, permitindo que as vítimas e suas famílias desfrutem de um ambiente tranquilo e relaxante.



A inclusão de uma abertura da brinquedoteca para o pátio interno permite que as crianças brinquem ao ar livre, ao mesmo tempo em que suas mães podem observá-las. O objetivo é servir como espaços de integração para as vítimas, proporcionando um ambiente de socialização.

Figura 62: Vista interna Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.



O projeto também prevê um corredor aberto que circunda todo o perímetro do edifício, tornando obrigatório o trânsito por esse jardim interno durante a locomoção dentro das instalações. Essa característica garante que todos os ocupantes do edifício tenham a oportunidade de interagir com o espaço e desfrutar de sua atmosfera agradável.

Figura 6.3: Vista interna Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.

A Casa de Acolhimento Provisório possui três layouts diferentes de suites. Cada layout é projetado para atender às necessidades específicas das vítimas, levando em consideração sua composição familiar e suas circunstâncias individuais. Além disso, pensando na privacidade das vítimas, foi optado por uma ventilação mecânica pelo fato de que os mesmos tem sua face externa virada para a circulação.

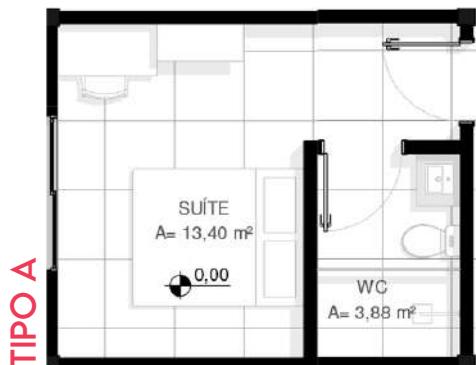


Figura 64: Layout suíte tipo A
Fonte: Autora, 2023.

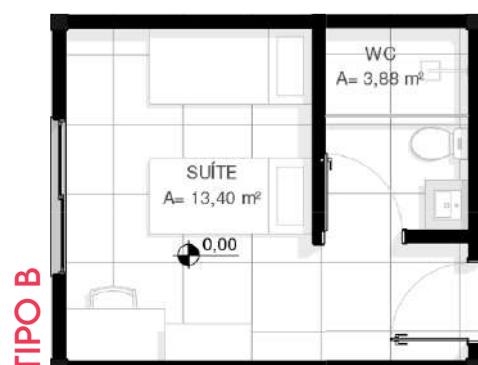


Figura 65: Layout suíte tipo B
Fonte: Autora, 2023.

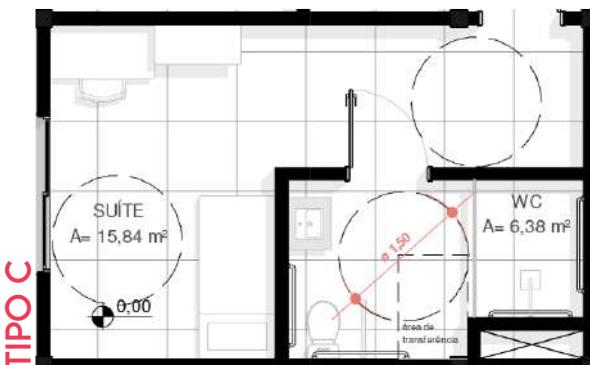


Figura 66: Layout suíte tipo C
Fonte: Autora, 2023.

O layout **Tipo A** é destinado a vítimas que chegam sozinhas ou acompanhadas de crianças mais novas. Nele, uma cama de casal permite que a mãe e a criança durmam juntas, promovendo um ambiente de apoio e segurança.

O layout **Tipo B** é projetado para vítimas com filhos mais velhos. Neste caso, duas camas de solteiro permitem que cada membro da família tenha seu próprio espaço, garantindo conforto e privacidade.

Além disso, o projeto inclui duas suítes do **Tipo C**, que são acessíveis. Essas suítes atendem às necessidades de vítimas com mobilidade reduzida. Foram projetadas para oferecer acomodações confortáveis e acessíveis, garantindo que todos tenham acesso igualitário às instalações.

Dentro de cada suíte, as cores pastéis foram escolhidas para criar um ambiente de tranquilidade e conforto. Essas cores suaves ajudam a promover uma sensação de calma e bem-estar, proporcionando um ambiente acolhedor para as vítimas.

Mesmo em um espaço relativamente pequeno, foi criada uma separação, a partir das cores, que permite que exista uma área para estudo e outra para dormir. Isso atende às necessidades práticas das vítimas, proporcionando um local onde elas possam se concentrar em suas necessidades educacionais e de descanso.



Figura 67: Vista interna Quarto tipo A
Fonte: Autora, 2023.



Em cada quarto, um jardim individual foi criado. Esses jardins são áreas externas privadas, reservadas exclusivamente para a vítima que ocupa o quarto. Eles oferecem um espaço ao ar livre onde a vítima pode desfrutar da natureza, respirar ar fresco e relaxar, tudo isso sem a necessidade de interagir com outras pessoas.

Figura 68: Vista interna Quarto tipo A
Fonte: Autora, 2023.

ESTRUTURA

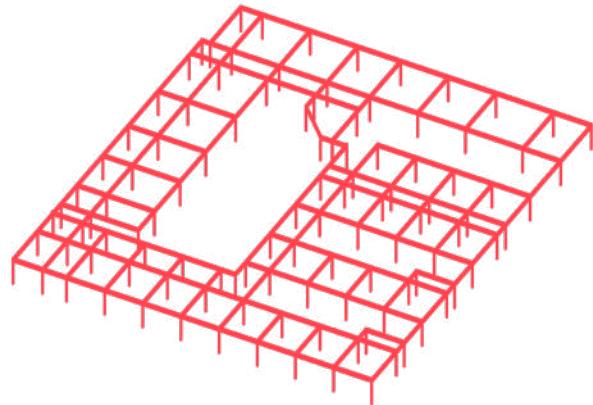


Figura 69: Sistema estrutural Casa Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.

A organização do espaço de acolhimento foi subdividida em seções que se encontram interconectadas através de um corredor. Nas suítes, foram implementados vãos de dimensões 4x4,8 centímetros, ao passo que o corredor principal possui uma abertura de 3 metros.

No que tange ao edifício destinado aos servidores, os vãos apresentam dimensões de 5x3 metros, com algumas variações necessárias para acomodar o arranjo desejado. Por sua vez, no edifício de salas de aula, os vãos medem 6 metros por 4,8 metros.

Assim como na delegacia, as dimensões necessárias para os pilares em vãos com essas características são de 20 centímetros de largura e 20 centímetros de profundidade, enquanto as vigas devem possuir uma espessura de 20 centímetros e uma altura de 50 centímetros.

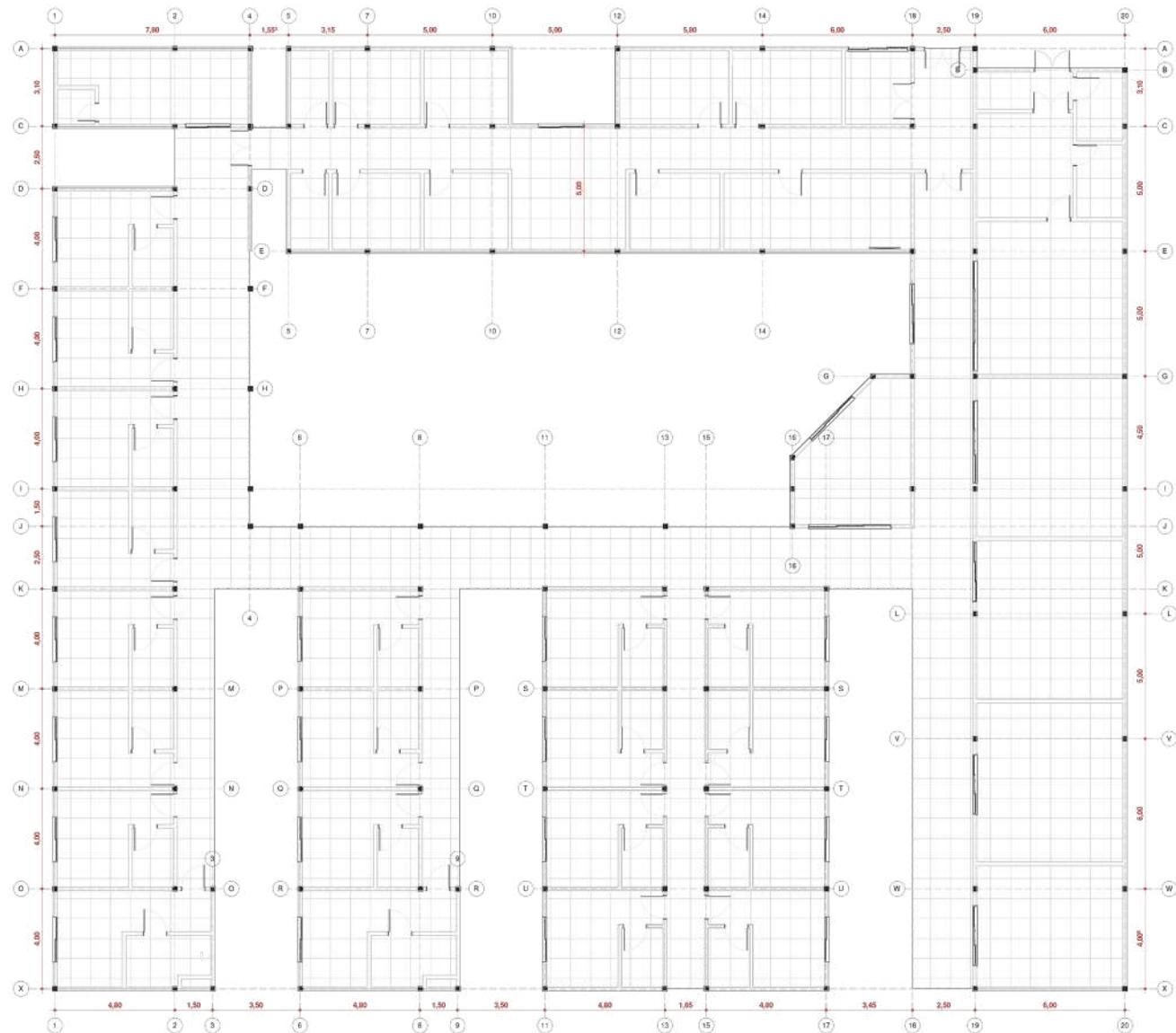


Figura 70: Sistema estrutural Casa Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.



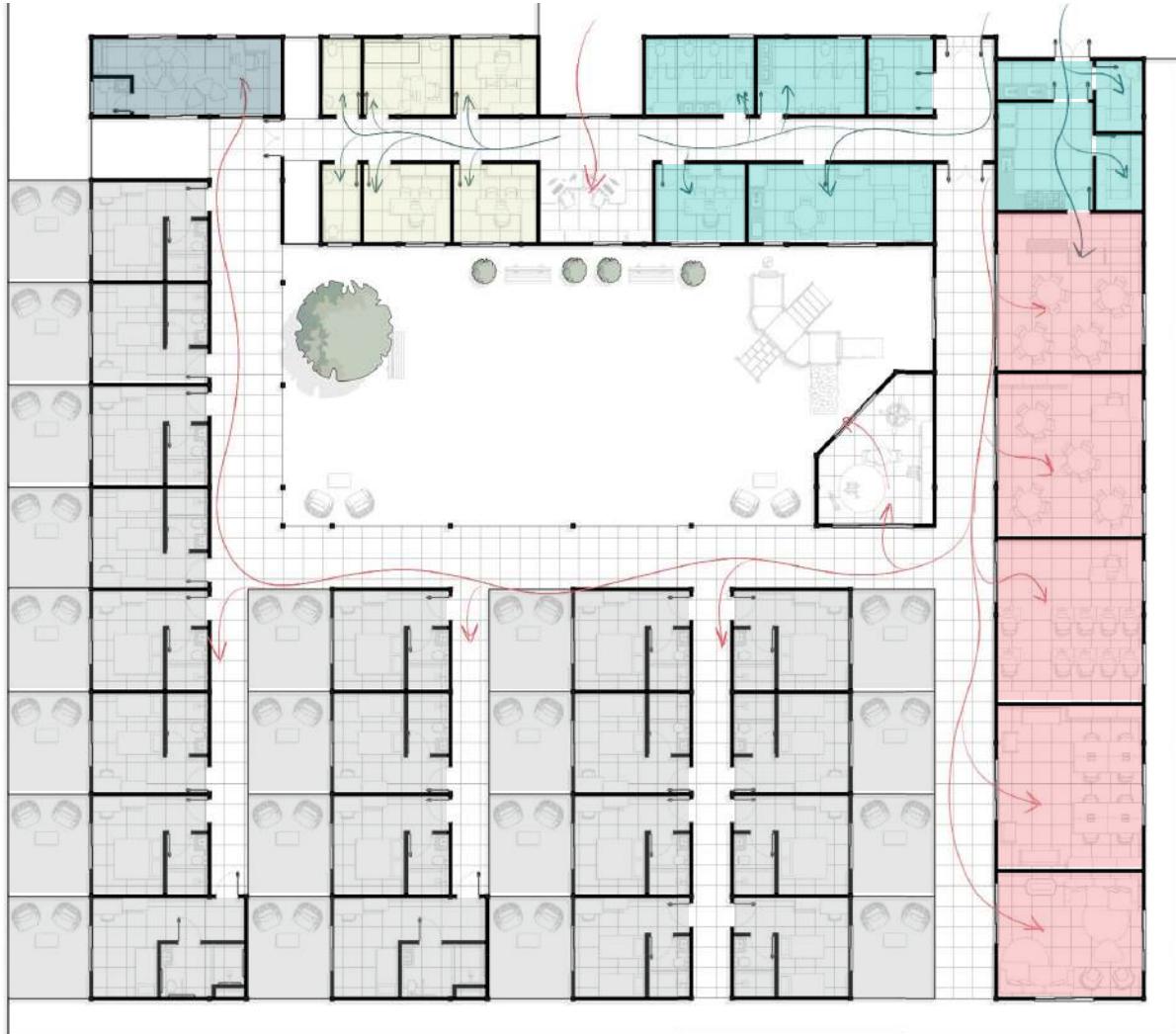


Figura 71: Circulação Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.

Ao limitar a circulação, o projeto cria um ambiente em que as vítimas podem se mover com tranquilidade e segurança, sem a preocupação de interações indesejadas.

Pessoas de fora da edificação dos servidores, como visitantes não autorizados, não podem circular livremente nas áreas onde as vítimas se encontram. Essa limitação é projetada para garantir que apenas pessoal autorizado tenha acesso a determinadas partes do projeto.

Legenda

- | | | | |
|---------------------------------------|------------|---|------------|
| ■ | Interação | ■ | Crianças |
| ■ | Apoio | ■ | Suítes |
| ■ | Servidores | → | Servidores |
| → | Vítima | → | Vítima |

Figura 72: Vista interna Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.



SERVIÇO DE SAÚDE



Figura 73: Fachada Serviço de Saúde
Fonte: Autora; 2023.

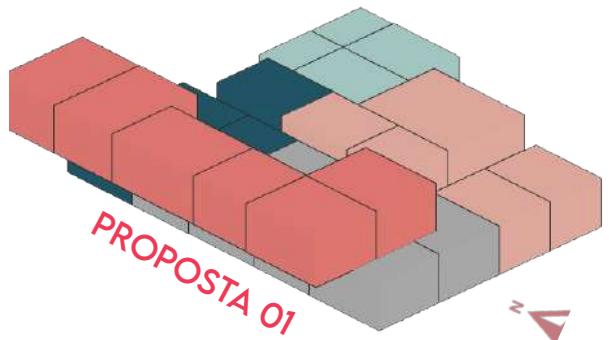


Figura 74: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

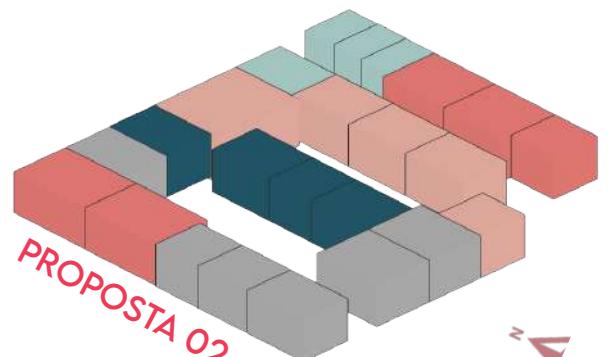


Figura 75: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.



Figura 76: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

O Serviço de Saúde foi organizado conforme a natureza específica de suas distintas funções, delineando uma segmentação das áreas com base em suas respectivas finalidades.

Na **Proposta 1** o arranjo conceitual baseou-se na disposição concentrada dos setores e na consideração do grau de acesso público à estrutura do Posto de Saúde. Esse arranjo implica na sequência inicial de serviços iniciais, seguida pela área de exames e consultas médicas, finalizando na seção de acesso restrito a funcionários. De modo a reforçar essa segregação, a parte administrativa foi posicionada no pavimento superior.

Na **Proposta 2**, a volumetria foi concebida em um único pavimento térreo, caracterizando-se pela ausência do andar superior. A diretoria e a secretaria foram segregadas do setor que participavam, encontrando-se situadas próximas à área de atendimento destinada aos visitantes. Em relação ao restante das instalações abrangidas por esse setor, foi mantida a restrição ao acesso exclusivo de visitantes. Também foi pensado na implementação de um pátio interno com um jardim, para criar um ambiente mais acolhedor e sereno para as usuárias do Posto de Saúde.

No **volume final**, uma intervenção aplicada no volume final do edifício contemplou o aumento do pé-direito das áreas localizadas na fachada voltada para o noroeste, visando estabelecer um jogo de alturas que conferisse maior dinâmica à composição visual.

Legenda

	Adm, Copa e Vestíario
	Consultórios e Curativos
	DML, Expurgo, Esterilização e Utilidades
	Exames e Laboratório
	Recepção e Serviços iniciais

Figura 77: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.

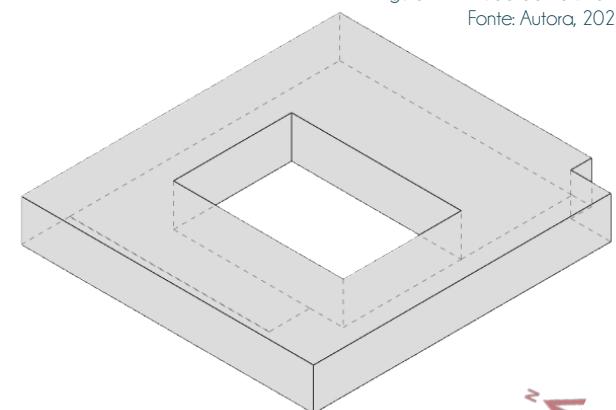
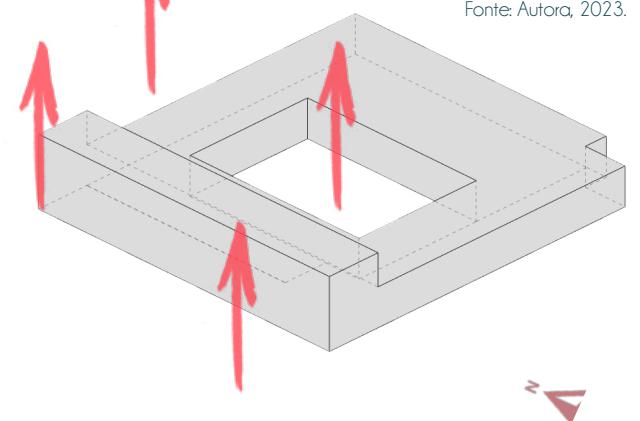


Figura 78: Estudo de Volumetria
Fonte: Autora, 2023.



Legenda

- 1 - RECEPÇÃO
- 2 - IMUNOLOGIA
- 3 - FARMÁCIA
- 4 - CURATIVOS
- 5 - DIRETORIA
- 6 - SECRETARIA
- 7 - SALA DE OBSERVAÇÃO
- 8 - WC ACESSÍVEL
- 9 - WC FEMININO
- 10 - WC MASCULINO
- 11 - ULTRASSONOGRAFIA
- 12 - COLETA SANGUE
- 13 - COLETA GINECOLÓGICA
- 14 - LABORATÓRIO
- 15 - ESTERILIZAÇÃO
- 16 - CONSULTÓRIOS
- 17 - SALA DE DESCANSO
- 18 - WC SALA DE DESCANSO
- 19 - UTILIDADES
- 20 - DML
- 21 - EXPURGO
- 22 - VESTIÁRIO FEMININO
- 23 - VESTIÁRIO MASCULINO
- 24 - COPA



Figura 79: Planta Baixa Lote
Fonte: Autora, 2023.

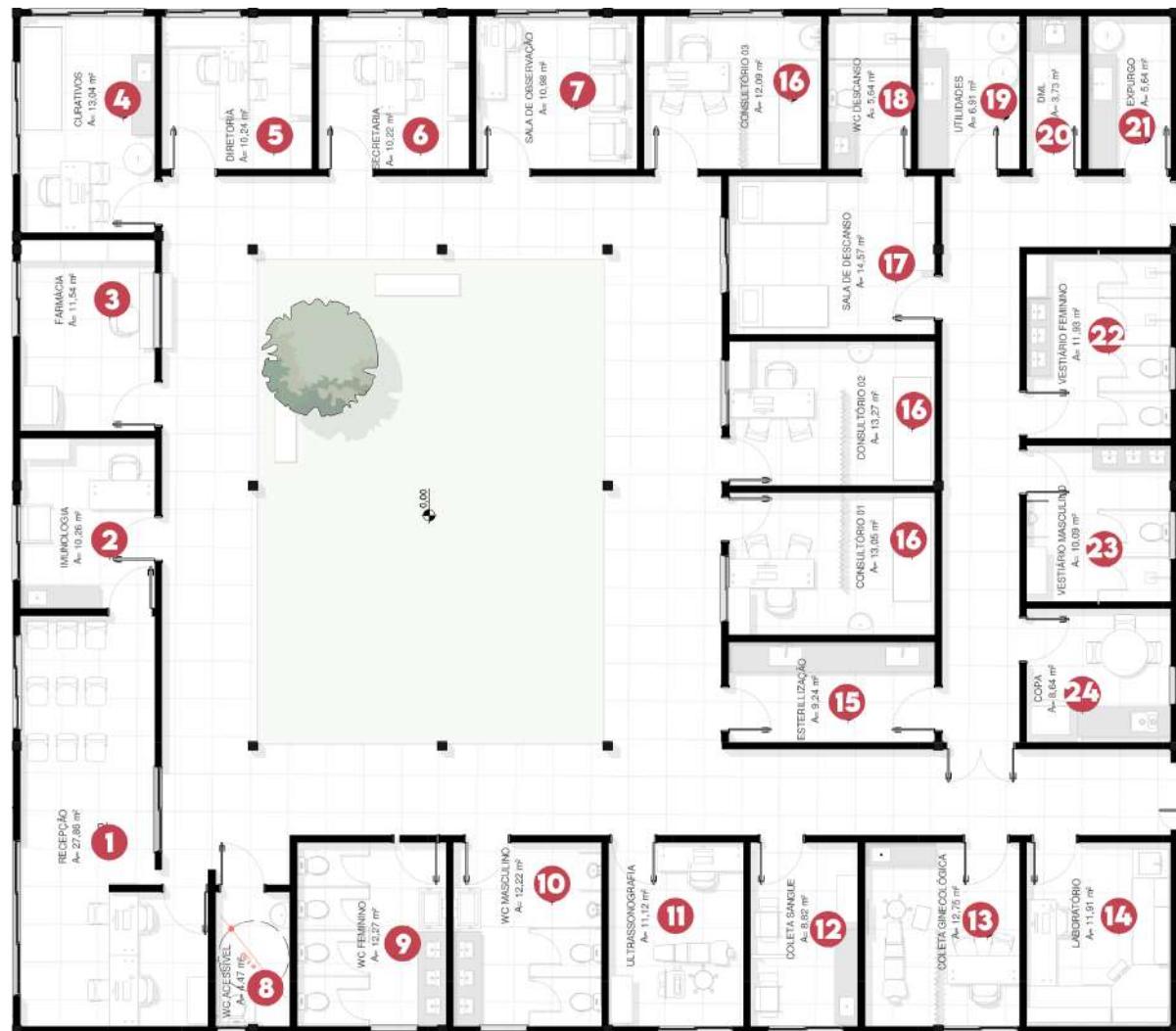


Figura 80: Planta Serviço de Saúde
Fonte: Autora, 2023.



Figura 81: Pátio interno Serviço de Saúde
Fonte: Autora, 2023.

Embora seja um requisito que os ambientes sejam equipados com sistemas de ventilação climatizada, foi optado pela instalação de esquadrias nas áreas do consultório e da sala de descanso. Isso foi feito com o objetivo de aproveitar a iluminação natural e proporcionar maior conforto tanto no atendimento ao público quanto nas atividades diárias dos profissionais que ali trabalham.

ESTRUTURA

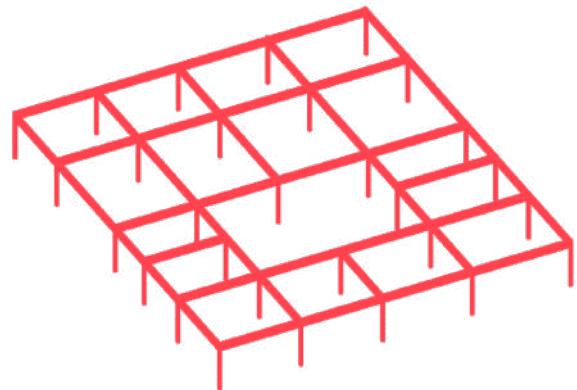


Figura 82: Sistema estrutural Sistema de Saúde
Fonte: Autora, 2023.

O Serviço de Saúde escolheu usar a distância média entre os vãos de 6 metros. A padronização do sistema estrutural em todo o Complexo ajuda a manter a consistência tanto na aparência quanto na estrutura de todo o conjunto de edifícios.

Figura 83: Sistema estrutural Sistema de Saúde
Fonte: Autora, 2023.

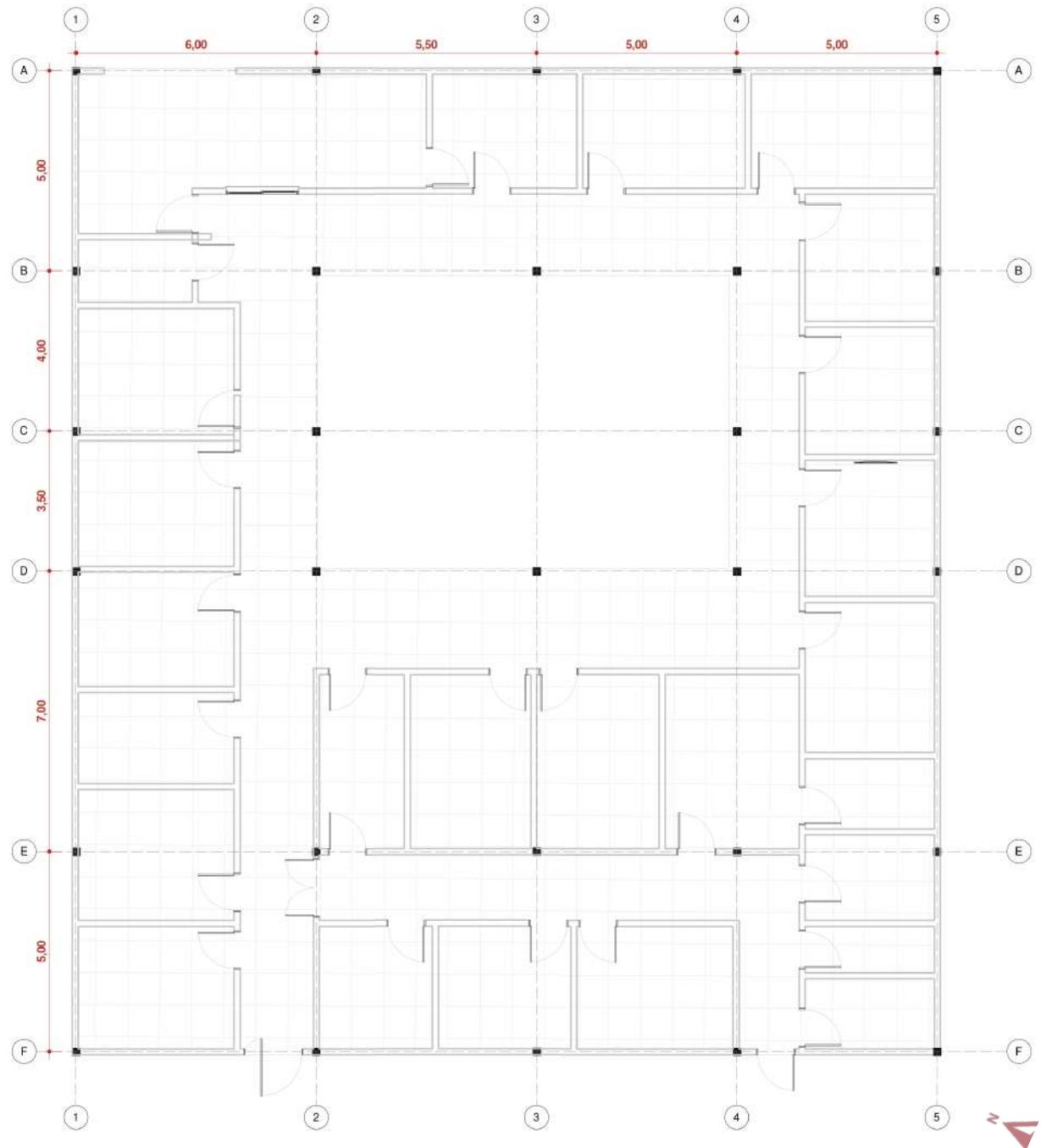




Figura 84: Circulação Serviço de Saúde
Fonte: Autora, 2023.

As vítimas têm a capacidade de circular com tranquilidade em uma parte significativa da edificação. Especificamente, elas têm acesso a áreas que fazem parte do perímetro do jardim interno. Porém, pessoas externas, como visitantes não autorizados, não têm permissão para acessar a área restrita de funcionários.

Os serviços iniciais foram posicionados em proximidade à área de circulação, com o propósito de minimizar a circulação desnecessária de pessoas no local. Um exemplo concreto dessa abordagem é a disponibilização de acesso direto à área de imunologia a partir da recepção, sem a necessidade de adentrar profundamente no edifício.

Para além da entrada que conecta a edificação à delegacia, há também uma entrada de serviço designada exclusivamente para pessoas autorizadas. Essa entrada proporciona acesso direto à área restrita aos funcionários.

Legenda

- Adm, Copa, Vestírio e Descanso
- Consultórios, Curativos e Observação
- DML, Expurgo, Esterilização e Utilidades
- Exames e Laboratório
- Recepção, Serviços iniciais e Farmácia
- Vítima
- Servidores

The background features a minimalist design with three overlapping circles. The largest circle is light blue and positioned on the left. To its right is a smaller, semi-transparent light blue circle. In front of the semi-transparent circle is a third, solid light blue circle. The overall aesthetic is clean and modern.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero é um problema global, afetando inúmeras vidas e comunidades. Portanto, a criação de um ambiente seguro e acolhedor para as vítimas desempenha um papel fundamental na mitigação desse problema social. Através deste projeto, destaca-se a relevância da arquitetura como uma ferramenta para a promoção da segurança, da recuperação e do bem-estar das vítimas.

O ensaio projetual apresentado aqui para um Complexo de Serviços de Assistência a Mulheres Vítimas de Violência de Gênero demonstra de maneira concreta como a arquitetura pode desempenhar um papel transformador na vida das pessoas. A sensibilidade para compreender as experiências das vítimas, suas preocupações e anseios, tornou-se o cerne do trabalho. Onde, foi percebido a importância de ouvir as vozes daqueles a quem o espaço servirá, adaptando nosso design para atender às suas necessidades específicas.

Em resumo, este trabalho mostra que a arquitetura vai além da estética e funcionalidade; ela desempenha um papel fundamental na criação de ambientes seguros, acolhedores e terapêuticos para aqueles que mais necessitam.

Figura 85: Fachada Delegacia.
Fonte: Autora, 2023.





Figura 86: Vista externa
Fonte: Autora, 2023.



Figura 87: Fachada Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.

Figura 88: Fachada Casa de Acolhimento Provisório
Fonte: Autora, 2023.





Figura 89: Vista externa
Fonte: Autora, 2023.



Figura 90: Vista externa
Fonte: Autora, 2023.



REFERÊNCIAS

Figura 91: Vista externa
Fonte: Autora, 2023.

FILIPE, B. et al. **INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA** Violência Doméstica O Papel da Polícia de Segurança Pública Face à Vítimação de Menores. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/322889085.pdf>>. Acesso em: 16 abril 2023.

HENRIQML Serviços Especializados de Atendimento à Mulher. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 24 abril 2023.

SILVA, L L G DA. Casu: Centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica em Natal/RN. **repositorio.ufersa.edu.br**, 23 nov. 2022. Acesso em: 25 abril 2023.

STEFANIE FRANK A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER POR PARCEIRO ÍNTIMO EM ARTIGOS. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93305/272104.pdf>>. Acesso em: 8 maio. 2023.

Visualização de Violência doméstica e justiça : respostas e desafios. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2287/2094>>. Acesso em: 8 maio. 2023.

COSTA, M. S.; SERAFIM, M. L F; NASCIMENTO, A. R. S. DO. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 3, p. 558-551, set. 2015.

YARA, P. Entre sem bater: Anteprojeto de casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em Campina Grande - PB. **Ufcg.edu.br**, 2017.

RABELLO, P.M; JUNIOR, A. D. F. C. Violência Contra a Mulher em João Pessoa - Paraíba - Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 10, n. 1, p. 61-72, 2006.

SANTOS, A. R. S. **Violência doméstica na cidade de João Pessoa: uma análise por bairros para o ano de 2017.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13979>>. Acesso em: 12 maio. 2023.

Casa Abrigo Aryane Thais | Plataforma Mulher Segura. Disponível em: <<https://www.mulersegura.org/preciso-de-ajuda/casa-abrigo-aryane-thais>>. Acesso em: 12 maio. 2023.

Instituto Cândida Vargas. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/instituto-candida-vargas/>>. Acesso em: 12 maio. 2023.

Instituto Cândida Vargas. Centro de Referência da Mulher Ednávala Bezerra. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/centro-de-referencia-da-mulher-ednalava-bezerra/>>. Acesso em: 12 maio. 2023.

SANTOS, E. S.; ALMEIRA, M. A. P. T. **Atendimento prestado pelos Serviços de saúde à Mulher Vítima de Violência Sexual.** Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 11, n. 35, p. 84-99, 28 maio 2017.

POR, E. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>.

Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html>.

Paraíba teve 7 mulheres assassinadas por mês em 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/02/04/paraiba-teve-7-mulheres-assassinadas-por-mes-em-2022.ghtml>>. Acesso em: 13 maio. 2023.

SILVA, R. M. DA. **Políticas públicas para mulheres: o atendimento às mulheres vítimas de violência em João Pessoa - Paraíba.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1701>>. Acesso em: 13 maio. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2015/05/Norma_tecnica_de_Padronizacao_das_Delegacias_Especializadas_de_Atendimento_a_Mulher.pdf>.

Decreto 42308 2022 de Paraíba PB. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pb/decreto-n-42308-2022-paraiba-institui-a-casa-de-acolhimento-provisorio-irene-de-sousa-rolim-servico-de-abrigamento-temporario-para-protacao-de-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-e-familiar-no-ambito-do-estado-da-paraiba-e-da-providencias-correlatas>>. Acesso em: 15 maio. 2023.

POR, E. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iffiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saudade.pdf>>.

Guia da rede de enfrentamento e atendimento à violência doméstica e sexual. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.tjpbjus.br/sites/default/files/anexos/2021/04/guia_da_rede_de_enfrentamento_e_atendimento_a_violencia_domestica_e_sexual_1-1.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023.

PORTARIA N° 485, DE 1º DE ABRIL DE 2014. **Ministério da Saúde.** Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html>.

CLEISON, R.; AYRES. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE CASA DA MULHER BRASILEIRA: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3111/1/CT_PPGTE_M_Ayres%2c%20Cleison%20Ribeiro_2017.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2023.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 1111-1121, 2012. VERA, E. et al. RELAÇÃO PESSOA E AMBIENTE: ESTUDO DE CASO EM UMA DELEGACIA DE POLÍCIA BERNARDES, Marina (1). [s.l.: s.n.]

Botelho, M. H. C., Marchetti, O. (2018). **Concreto armado - Eu te amo**. Brasil: Editora Blucher.

ORIENTAÇÕES PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLENCIA E SUAS FAMÍLIAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA AO ATENDIMENTO INFANTO JUVENIL (CRAI). [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202201/27171539-nota-tecnica-1-2022-ses-crai-programa-assistir-27jan22.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

TÉCNICA, N. ATENÇÃO HUMANIZADA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA SEXUAL COM REGISTRO DE INFORMAÇÕES E COLETA DE VESTÍGIOS MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_pessoas_violencia_sexual_norma_tecnica.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE ECONOMIA ALINE RIDAGNA SOARES SANTOS VIOLENCIA DOMÉSTICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE POR BAIRROS PARA O ANO DE 2017 JOÃO PESSOA, 2018. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13979/1/ARSS05.04.2019.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2023.

BOTELHO, M. H. C.; RIBEIRO JR, G DE A. Instalações Hidráulicas Prediais: usando tubos de PV e PPR. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

APÊNDICES